

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**  
**MESTRADO INTERDISCIPLINAR**

**SARANY RODRIGUES DA COSTA**

**O ESPAÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o caso da preservação e revitalização da Praia Grande em São Luís**

São Luís

2017

**SARANY RODRIGUES DA COSTA**

**O ESPAÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o caso da preservação e revitalização da Praia Grande em São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar – da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Conceição de Maria Belfort de Carvalho.

São Luís

2017

**SARANY RODRIGUES DA COSTA**

**O ESPAÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o caso da preservação e revitalização da Praia Grande em São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar – da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Conceição de Maria Belfort de Carvalho (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilza do Socorro Galvão Cutrim

Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe-avó (*in memoriam*) e à minha mãe, elas que tanto sonharam em ver uma filha formada.

## AGRADECIMENTOS

Os nomes e os motivos para agradecimentos são muitos, contudo, externamos, primeiramente, nossa maior gratidão a Deus, a Quem tudo devemos e sem o qual nada do que foi feito poderia ter sido realizado.

À minha família que, com seu apoio e compreensão, fez com que esse trabalho parecesse menos árduo.

À professora Conceição Belfort, que com paciência e dedicação orientou meus passos durante todo desenvolvimento desta pesquisa.

Às professoras Ilza Cutrim e Klautenys Guedes, pelas importantes e indispensáveis contribuições acrescentadas ao nosso estudo.

Ao professor Antonio Cordeiro, pela disponibilidade e contribuição dispensadas ao desenvolvimento deste trabalho.

Às equipes de docentes e de coordenação do PGCult, por se fazerem presentes ao longo de nosso processo de crescimento acadêmico possibilitado por este curso de pós-graduação.

Aos meus colegas da turma de 2015, do PGCult, pelo companheirismo e ajuda mútua ao longo do curso.

À CAPES, pela bolsa de estudos, que auxiliou e possibilitou o desenvolvimento financeiro desta pesquisa.

Ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP), pelas informações que foram de suma importância para nossa pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural pelas contribuições ao longo das discussões realizadas no decorrer das atividades do grupo.

De forma geral, nosso muito obrigado a todas as pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, com o desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

O espaço nas políticas públicas em São Luís. Analisam-se as políticas públicas direcionadas para a Praia Grande, no período de 1980 a 1993, e sua relação com a dinâmica do espaço, de forma a identificar as contribuições dessas políticas na construção de uma identidade para São Luís. Para isso, realiza-se uma pesquisa documental que utiliza *corpus* do tipo arquivo, sendo este entendido a partir da perspectiva de Foucault (2008), que considera o arquivo como a lei do que pode ser dito a respeito de determinado tema, o sistema geral de formação e transformação do enunciado. Dessa forma, o arquivo consultado nesta pesquisa é composto fundamentalmente pelo conjunto de documentos que formam o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), o qual é estudado com base na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, orientada pelos escritos do filósofo Pêcheux (1995). A pesquisa inicia-se com a discussão do conceito de espaço, e de categorias como paisagem e lugar, na perspectiva de autores como Santos (2012; 2014), Tuan (2013), Soja (1993). Posteriormente é feita a caracterização do objeto de pesquisa, a Praia Grande, que narra o processo de formação desse espaço urbano e destaca as intervenções realizadas sobre ele. Em seguida, é apresentado o processo de formação do arquivo sobre a preservação do patrimônio cultural em São Luís e uma discussão sobre os estudos culturais e identidade em transversalidade com a AD. Para respaldar as discussões sobre identidade, busca-se auxílio nos estudos culturais e seus representantes: Hall (2011), Woodward (2000), Silva (2000; 1996). Em outro momento são apresentados os resultados da análise dos documentos formadores do PPRCHSL, que apontam para a existência de concepções de espaço social, econômico e social, além da presença de elementos dos conceitos de paisagem, lugar e patrimônio ambiental urbano, evidenciando, assim, as identidades que emergem dos discursos presentes no referido Programa, que, por sua vez, refletem as concepções de espaço nele existentes. Por último, são apresentadas as considerações finais obtidas com o desenvolvimento do trabalho, que levam à constatação de efeitos de sentidos que apontam para a percepção, no PPRCH, do espaço com identidades social, econômico e cultural, além daquele que é capaz de fazer “reviver” tempos e experiências passadas.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico. Revitalização. Preservação. Praia Grande. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The space in public policies in São Luis. It analyzes the public policies directed to the Praia Grande, in the period from 1980 to 1993, and its relationship with the dynamics of space, in order to identify the contributions of these policies on the construction of an identity for St. Louis. To do this, it is a documentary research that uses corpus of type file, this being understood from the perspective of Foucault (2008), which considers the file as the law of what can be said about a given topic, the general system of formation and transformation. In this way, the file found in this study is composed mainly by the set of documents that form the Program of Preservation and Revitalization of the Historic Center of São Luis (PPRCHSL), which is studied based on the Analysis of the Discourse (AD) of the French line, guided by the writings of philosopher Pêcheux (1995). The search starts with the discussion of the concept of space, and categories such as landscape and place, in the perspective of authors such as Santos (2012; 2014), Tuan (2013), Soja (1993). Subsequently it is made the characterization of the research object, the Praia Grande, which narrates the process of formation of urban space and highlights the work carried out on it. Below is the process of formation of the file on the preservation of cultural heritage in St. Louis and a discussion about the cultural studies and identity in breadth with the AD. To support the discussions about identity, it seeks to aid in cultural studies and its representatives: Hall (2011), Woodward (2000), Silva (2000; 1996). In another moment are presented the results of the analysis of the documents tributaries of the PPRCHSL, pointing to the existence of conceptions of social space, economic and social development, besides the presence of elements of the concepts of landscape, place and environmental heritage urban, showing thus the identities that emerge from the discourses present in that program, which, in turn, reflect the conceptions of space within it. Finally, you are presented with the final considerations obtained with the development of the work, which lead to the observation of effects of senses that point to the perception, in PPRCH, space with its social, economic and cultural life, beyond that which is able to make “relive” times and past experiences.

**Keywords:** Geographic Space. Revitalization. Preservation. Praia Grande. Public Policies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CEMAR	Companhia Elétrica do Maranhão
CF	Constituição Federal
DPHAP	Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
FUNC	Fundação de Cultura
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARATUR	Empresa Maranhense de Turismo
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPRCH	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SEC	Secretaria Estadual de Cultura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SETOP	Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TELMA	Empresa de Telecomunicações do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VOS	Voluntariado de Obras Sociais
ZPH	Zona de Preservação Histórica



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ESPAÇO GEOGRÁFICO, PAISAGEM E LUGAR: interações conceituais...</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Espaço, Lugar e Paisagem: semelhanças e diferenças.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>A dinâmica do Espaço Geográfico e suas dimensões.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>Políticas Públicas para preservação de espaços históricos.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>A CIDADE DE SÃO LUÍS E A PRAIA GRANDE.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Breve Histórico Sobre a Fundação de São Luís.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Formação da Praia Grande e Processo de Urbanização de São Luís.....</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....</b>	<b>48</b>
<b>4.1</b>	<b>A formação de um arquivo sobre a preservação.....</b>	<b>48</b>
<b>4.2</b>	<b>Buscando auxílio nos Estudos Culturais em transversalidade com a AD.....</b>	<b>55</b>
<b>5</b>	<b>ESPAÇO, SENTIDO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADES.....</b>	<b>61</b>
<b>5.1</b>	<b>Concepções de Espaço e Produção de Sentidos no PPRCH.....</b>	<b>64</b>
<b>5.2</b>	<b>Produção de Identidades no PPRCH.....</b>	<b>76</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema dessa pesquisa foi influenciada pela trajetória acadêmica da autora. Trajetória essa que se iniciou no curso de graduação em turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2008, oportunidade em que houve a discussão de temas como preservação do patrimônio cultural, políticas públicas de preservação, turismo urbano e turismo cultural, dentre outros. Tais discussões possibilitaram ampliar a visão sobre as questões referentes à salvaguarda do legado cultural construído pelas gerações passadas, e ainda, a importância de se refletir sobre as políticas de conservação destes.

Aliado a essas discussões, houve a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFMA (PIBIC-UFMA), oportunidade de aperfeiçoamento na prática de pesquisa e de ampliação de conhecimentos teóricos sobre o tema das políticas públicas, com destaque para o turismo regional, ocasião em que foi estudado o processo de evolução da Instância de Governança Turística do polo São Luís. O resultado desse trabalho de pesquisa foi premiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA) na categoria jovem cientista, proporcionando assim maior incentivo na continuação dos estudos sobre o importante e atrativo tema das políticas públicas.

A participação ativa no Grupo de Pesquisas em Patrimônio Cultural da UFMA despertou o interesse de lançar um novo olhar às questões relativas ao estudo das políticas públicas, voltando-se agora para aquelas que dizem respeito à proteção e conservação do patrimônio cultural edificado, de forma mais específica os espaços históricos, como é o caso da Praia Grande em São Luís, objeto de estudo da presente pesquisa. Destarte, esse estudo traz uma discussão sobre as políticas públicas voltadas para a Praia Grande e sua relação com a dinâmica do espaço geográfico.

Nesse contexto, observa-se que na sociedade contemporânea, as políticas públicas têm passado por um processo de redefinição, tendo o Estado o papel de articulador de programas e projetos que abrangem não só as necessidades básicas da população, mas todos os campos da vida social. Nesse sentido, Dias (2003, p. 121) afirma que as políticas públicas constituem um “[...] conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”, necessidades essas que têm se tornado cada vez mais diversificadas.

Essas políticas são formadas por “[...] linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (DIAS, 2003, p. 121). Assim, as políticas públicas refletem, a um só tempo, pensamento e ação do governo em favor do

bem coletivo. Em busca de alcançar esse “bem coletivo” e de satisfazer as diversas demandas da sociedade, o Governo, enquanto provedor e distribuidor de recursos, precisa estabelecer prioridades e determinar objetivos que atendam aos anseios de toda população.

A importância de estabelecer prioridades e racionalizar os investimentos reside no fato de que a sociedade apresenta um grande número de demandas que, por sua vez, deverão ser atendidas com um número limitado de recursos de que o Governo dispõe. Logo, torna-se indispensável avaliar o caráter emergencial dessas demandas para que se possa distribuir os recursos da melhor maneira possível, com a finalidade de atingir melhoria da qualidade de vida das populações.

A melhoria da qualidade de vida está intimamente relacionada com as condições estruturais e sociais dos espaços em que vivem os cidadãos. Nesse sentido, as boas condições estruturais e sociais dos espaços se tornam um dos requisitos básicos para que a melhoria na qualidade de vida seja efetiva, o que faz com que o espaço esteja inserido nos campos de abrangência da articulação do Estado, sendo, também, alvo das políticas públicas.

A relação entre as questões sociais e estruturais é, dessa forma, inerente ao espaço. Pode-se melhor entender essa relação nas palavras de Santos (2014, p. 109), para quem “[...] o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. Essas formas espaciais dizem respeito aos elementos da natureza e àqueles construídos pelo homem, os quais constituem a paisagem.

Fica claro, então, que não se pode dissociar a perspectiva social do espaço, pois, conforme Santos (2014), o espaço é o resultado da intrusão da sociedade na relação formas-objetos que caracteriza a paisagem. O autor afirma, ainda, que pode existir paisagem sem os seres humanos e suas relações, porém, nessas condições, não haverá espaço geográfico, pois este nasce da relação entre homem e natureza.

O espaço é constantemente modificado pelo homem, tanto nas suas formas, quanto nas suas relações. No que tange às modificações sobre as formas estruturais do espaço, sabe-se que elas podem ocorrer não só pelas mãos do homem, mas, também, pela implacável ação do tempo. Com o intuito de corrigir e/ou minimizar os efeitos de ambas as ações (do tempo e do homem) sobre o espaço, o governo se utiliza de políticas públicas voltadas especificamente para essa finalidade.

Quando se trata de espaços de valor histórico, paisagístico e arquitetônico, ou seja, de representativo valor cultural, as políticas públicas precisam ser ainda mais específicas, pois esses espaços necessitam de uma atenção especial. Isso se deve ao fato de que, por serem

espaços históricos, eles sofreram a ação degenerativa do tempo de forma mais acentuada, sendo necessária a aplicação de políticas de preservação<sup>1</sup>.

Ao tratar da importância das políticas de preservação, Tomaz (2010, p. 5) enfatiza que, ao conservar os bens patrimoniais, deve-se “[...] ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história”.

Quando o que prevalece são as modificações do espaço nas suas relações com a sociedade, fazendo com que esta se distancie daquele, torna-se importante que haja políticas de revitalização<sup>2</sup> do espaço, a fim de reaproximá-los e restabelecer suas relações. A esse respeito, Bezerra e Chaves (2014, p. 11) comentam que a revitalização se faz necessária sempre que há “[...] uma área degradada, que apresenta uma subutilização ou começa a tornar-se obsoleta”. Foi o que aconteceu com áreas históricas no Brasil quando, após o crescimento urbano, a população passa a dar preferência às regiões mais novas das cidades, salvo algumas exceções.

No centro histórico de São Luís, a área da Praia Grande, até meados da década de 1970, não recebeu o devido cuidado por parte do poder público no que diz respeito à preservação do seu patrimônio cultural. As ações até então empenhadas nesse sentido, se restringiam aos tombamentos de imóveis individuais e coletivos, em esfera estadual e federal. No entanto, o centro histórico encontrava-se com estruturas físicas pouco preservadas, as quais, apesar de seu alto valor cultural, não representavam atrativo para a população em decorrência do seu estado de conservação. Até então, aquela localidade havia recebido políticas de preservação, mas ainda lhe faltavam políticas de revitalização.

A Praia Grande apresenta um grande acervo arquitetônico composto por casarões erguidos nos séculos XVIII e XIX, os quais, juntamente com o casario do centro histórico de São Luís, formam um dos mais extensos conjuntos de arquitetura civil urbana de origem portuguesa, daquele período, na América Latina (ANDRÈS, 2006). Toda essa riqueza arquitetônica nem sempre foi reconhecida pelo poder público local, sendo necessária a intervenção de órgãos como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para que o governo do estado se posicionasse com relação à preservação e revitalização da área.

---

<sup>1</sup> Adota-se neste trabalho o termo preservação porque é o termo utilizado no documento analisado (PPRCH), porém, usa-se este termo com o sentido de conservação.

<sup>2</sup> Usa-se neste trabalho o termo revitalização porque é o termo adotado pelo documento analisado (PPRCH), porém, usa-se este termo com o sentido de requalificação.

Seguindo orientações da UNESCO<sup>3</sup>, o governo do Maranhão desperta para o potencial da atratividade turística no centro histórico de São Luís, e começa a pensar em políticas de revitalização e melhoria da infraestrutura desse espaço. Após as visitas de profissionais da UNESCO e do IPHAN à capital, o governo do estado organiza um evento para discutir as propostas de revitalização para a referida área. O evento traçou, entre outros aspectos, as localidades que seriam contempladas com as intervenções, sendo a Praia Grande eleita para receber os primeiros esforços no sentido de sua preservação e revitalização. O evento denominado de Convenção ou Encontro Nacional da Praia Grande aconteceu em 1979, e marcou o início da construção de um conjunto de políticas com a intenção de restaurar a estrutura arquitetônica do centro histórico da cidade.

A Praia Grande está inserida na área de proteção do centro histórico em esfera estadual, federal e mundial. Em nível estadual, a área foi tombada em seis de março de 1986, pelo Decreto Nº 10.089. Em escala federal, foram registrados tombamentos em vinte e três de dezembro de 1955 e treze de março de 1974. A proteção mundial teve iniciativa da UNESCO, que incluiu o centro histórico de São Luís em sua lista de Patrimônio Cultural da Humanidade em seis de dezembro de 1997 (ANDRÈS, 2006).

Nessa perspectiva, nota-se que a trajetória das políticas de preservação da área histórica da capital, incluindo a Praia Grande, é extensa e não se limitou à proteção do acervo, mas também à sua reestruturação, e teve como principal instrumento o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL). O programa constitui um conjunto de ações voltadas para atender às necessidades estruturais, sociais e de ordem econômica do centro histórico da capital, tendo suas primeiras atividades implantadas na Praia Grande a partir do início da década de 1980.

Atualmente, a Praia Grande destina-se, principalmente, ao uso comercial e institucional, onde funcionam muitos órgãos públicos, como Secretarias de Turismo e de Cultura (estaduais e municipais), Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual, Escola de Música do Estado, entre outros. Há, também, a forte presença do comércio de artesanato e produtos típicos da cultura local, e, ainda, a existência de alguns moradores naquela localidade, totalizando, assim, os elementos que hoje compõem a dinâmica socioespacial da Praia Grande.

---

<sup>3</sup> Em 1968 e 1973 a UNESCO enviou ao Brasil os arquitetos Michel Parent e Viana de Lima, respectivamente, para avaliar as condições de conservação dos centros históricos do país. Ao final da visita a São Luís, ambos entregaram relatórios com propostas de preservação e revitalização do centro histórico da cidade. Após um período de arquivamento, alguns itens das propostas foram colocados em prática (CUTRIM, 2011).

Tendo ciência do contexto de desenvolvimento das ações de preservação do centro histórico, considera-se oportuno desenvolver este estudo com o objetivo principal de discutir as políticas públicas direcionadas à Praia Grande, no período entre 1980 e 1993, e sua relação com a dinâmica do espaço geográfico, de forma a identificar as contribuições dessas políticas na construção de uma identidade para a Praia Grande. O período escolhido compreende o ano em que foi apresentada a primeira versão do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH) (1981), o principal instrumento de pesquisa. A outra marcação temporal centra-se no ano de finalização da terceira etapa do Programa, etapa em que foram desenvolvidas as obras mais expressivas do PPRCH.

O estudo tem enfoque nas questões sociais que permeiam as políticas públicas voltadas ao espaço da Praia Grande, dando maior atenção ao seu processo de revitalização, mas sem deixar de abordar, também, o processo de preservação dessa área. Esse enfoque representa, também, o ponto de diferenciação desta pesquisa, que busca destacar nas políticas voltadas para a Praia Grande, aquelas que visam contemplar os aspectos sociais desse espaço.

Para o desenvolvimento do estudo apresentado foi utilizada uma metodologia que iniciou com a realização de uma extensa pesquisa bibliográfica que, segundo Leite (2008, p. 47), “[...] é a pesquisa cujos dados e informações são consultados em obras já existentes e servem de base para a análise e interpretação dos mesmos, formando um novo trabalho científico”.

Essa pesquisa bibliográfica tem o objetivo de apresentar os principais conceitos envolvidos com o assunto, a saber: políticas públicas, espaço, paisagem, lugar, preservação, identidade, e outros. Teve, ainda, o intuito de descrever os processos de formação da cidade de São Luís, constituição da Praia Grande e implantação das políticas públicas voltadas para esse espaço e, também, apresentar uma discussão sucinta sobre os pressupostos da Análise do Discurso (AD).

A apresentação de tais conceitos e processos é necessária ao entendimento do tema abordado e se constituiu na primeira fase da pesquisa. Os principais autores consultados nessa primeira fase do estudo foram: Dias e Matos (2003; 2012) abordando a temática de políticas públicas; Santos (2012; 2014) e Tuan (2013) tratando sobre o conceito de espaço geográfico, paisagem e lugar; Andrès (2006) com informações complementares sobre o processo de preservação do centro Histórico de São Luís; Hall (2000; 2011), Woodward (2000) e Silva (1996; 2000), sobre as questões referentes à identidade, discussão presente nos estudos culturais.

Numa segunda etapa da pesquisa foi realizado um estudo documental, onde foram consultados documentos que compõem o conjunto de políticas públicas para o espaço na Praia Grande, então PPRCHSL, com o objetivo específico de identificar quais concepções de espaço são produzidas e por meio de quais efeitos de sentidos existentes em tais documentos; e ainda de identificar quais identidades incidem sobre a Praia Grande a partir dos efeitos de sentidos produzidos no discurso do Programa.

A coleta de dados desta segunda etapa da pesquisa foi realizada no Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP), que é um órgão aberto ao público para consulta local a seus documentos, dispensando, assim, a necessidade de uma autorização formal do referido órgão. O *corpus* analisado é do tipo arquivo, isto é, aquele formado pelo conjunto de textos que compõem o PPRCH.

Considerar-se-á a noção de arquivo de Foucault (2008), que entende este como sendo o sistema que comanda o aparecimento dos enunciados como acontecimentos distintos, ou ainda de forma mais simplificada, como “[...] o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 148). Para interpretar os efeitos de sentido produzidos no *corpus*, o estudo ancora-se nas discussões propostas por Michel Pêcheux, considerado o fundador da AD de linha francesa, e suas discussões sobre os sentidos no discurso.

A teoria de AD – utilizada para o tratamento dos dados coletados – segundo Caregnato e Mutti (2006, p. 680), pretende “[...] interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) [...]”. Assim, buscou-se compreender quais os efeitos de sentido produzidos no PPRCH sobre a ideia de espaço e quais identidades eles inauguram para a Praia Grande na cidade de São Luís.

Segundo Pêcheux (1995), o linguístico e o histórico não devem ser vistos como campos distintos, mas numa relação de complementaridade, pois eles estabelecem uma relação constitutiva nos processos de produção de sentido. Significa dizer que na leitura de um texto, devem ser levados em consideração não apenas a estrutura linguística – palavras, períodos e parágrafos – como, também, os processos históricos que lhe dão sentidos. Os textos não significam sozinhos; eles precisam da presença não só de seu autor, como também de seus leitores, que irão mobilizar os elementos históricos de sua constituição, tais como em qual ano ele foi produzido, por quem (autores ou mesmo instituições), e em quais circunstâncias históricas.

Os estudos culturais auxiliaram a entender como são produzidas as identidades no PPRCH. Segundo Silva (1996, p. 43), os Estudos Culturais dão conta não apenas de uma discussão teórica como, também, de uma discussão política no tocante à cultura, que é “[...] tanto o objeto de estudo e o foco no qual se dão as análises, quanto o terreno de intervenção política”. Deve-se destacar que, em se tratando de estudos culturais, existem vários temas filiados à cultura, tais como as representações, as identidades, a política das identidades, as diferenças, as questões étnicas, de gênero e sexualidade, subjetividade e mídia.

Dessa articulação entre temas diversos, os estudos culturais resultam em um caráter interdisciplinar, que se faz agrega diversas áreas de pesquisa, como: Literatura, Linguística, História, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Educação e Turismo.

Vale ressaltar que a pesquisa é de caráter interdisciplinar, pois, trabalha com termos e conceitos de diferentes áreas do conhecimento, tais como: geografia, ciências sociais, com destaque para as discussões do capítulo inicial, e da linguística com a teoria da análise do discurso que foi aplicada na etapa de análise dos documentos.

O trabalho foi desenvolvido em etapas para facilitar seu desdobramento. Para melhor compreensão do leitor, essas etapas são apresentadas em forma de capítulos, dos quais essa introdução se constitui o primeiro.

O capítulo seguinte traz uma discussão sobre os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, os quais são o conceito de espaço geográfico, estabelecendo aproximações e distanciamentos desse conceito com os de outras categorias, como paisagem, lugar, paisagem cultural e patrimônio ambiental urbano, as dimensões existentes nesse espaço (social, cultural, econômica). Trata-se, também, a respeito das políticas públicas voltadas para a reestruturação de espaços históricos, que é o caso daquele que é alvo desse estudo.

O terceiro capítulo apresenta a caracterização do objeto de estudo, a Praia Grande, a qual está inserida no contexto do centro histórico de São Luís. Discorre-se sobre o processo histórico de formação e estruturação da cidade, processo este que se confunde com a constituição da Praia Grande; relata-se sobre seu processo de urbanização que, por sua vez, foi possibilitado pelos períodos de alta da economia maranhense, o qual permitiu a construção de um conjunto arquitetônico de singular valor artístico e cultural.

No capítulo posterior, trata-se da formação de um arquivo sobre a preservação do patrimônio cultural em São Luís. Inicia-se com uma breve abordagem sobre o conceito de arquivo segundo Foucault (2008), expõe-se como se deu a construção de um arquivo sobre a preservação do centro histórico da cidade, destaca-se as intervenções no sentido de preservar e revitalizar essa área e apresenta-se o programa responsável por essas intervenções, o



PPRCH. Em seguida, introduz-se o tema dos Estudos Culturais e discute-se sobre as Identidades estabelecendo uma transversalidade com a AD.

O quinto capítulo é composto pela apresentação de alguns dos conceitos provenientes da AD, sendo abordado, principalmente, o teórico Michel Pêcheux e pela análise discursiva dos textos do PPRCH. Essa análise teve o fito de verificar as produções de sentido que surgem do documento e como elas estão alinhadas às concepções de espaço que emanam desse conjunto de políticas. Apresenta-se, também, outra vertente da análise que buscou identificar quais identidades incidem sobre a Praia Grande a partir dos efeitos de sentidos produzidos no Programa, tendo como auxílio a discussão dos Estudos Culturais desenvolvida no capítulo anterior.

O último capítulo apresenta as considerações finais a respeito de toda a abordagem desenvolvida ao longo do estudo.

## 2 ESPAÇO GEOGRÁFICO, PAISAGEM E LUGAR: interações conceituais

Esta seção aborda assuntos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa caracterizada pela interdisciplinaridade. Destarte, são abordados temas como espaço geográfico, as categorias “paisagem” e “lugar”, e, ainda, as diferentes dimensões existentes nesse espaço que resultam dos diversos olhares geográficos – dimensões social, econômica e cultural – relacionando-os aos conceitos de patrimônio ambiental urbano e de paisagem cultural, contextualizando com a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas para a preservação e revitalização dos espaços das cidades.

Trabalha-se com a categoria “espaço geográfico” porque, considera-se que ela é a que possui maior relação com o tema que ora se estuda, que são as políticas públicas para preservação e revitalização do espaço, focalizando as dimensões sociais dessas políticas. Considerando que o espaço geográfico é aquele produzido pelo homem e que sofre influência das relações sociais, elegeu-se esta a categoria mais adequada para o estudo, contudo, não desprezaram-se as demais, pois, contribuem de maneira significativa com a pesquisa.

O esclarecimento desses assuntos correlatos torna-se essencial para o entendimento do tema de estudo do presente trabalho, as políticas públicas para o espaço da Praia Grande, em São Luís, e sua contribuição para construção de uma identidade para a cidade. Não pretende-se aqui fazer uma análise filosófica do conceito de espaço, mas discuti-lo sob a perspectiva dos autores que se destacam neste assunto, apresentando suas aproximações e seus distanciamentos. Apresentar-se-á, de forma sintetizada, a ideia de espaço dos seguintes autores: Milton Santos, Yi-Fu Tuan, Edward Soja, Henri Lefèbvre e Éric Dardel.

O homem vive em constante interação com o ambiente, seja no (aparentemente) simples ato de ir e vir, nas formas e divisão do trabalho e até mesmo nas relações com seus pares. Essa interação do homem com o ambiente, com a natureza e com os seres, modifica o espaço natural e produz o espaço geográfico. A presença do homem e suas relações é uma condição *sine qua non* para a existência da categoria “espaço geográfico”, pois, sem esses elementos, o que existirá será apenas paisagem, somente estrutura física, o espaço natural estabelecendo relações com os objetos naturais.

O conceito de espaço apresenta uma relação muito íntima entre os elementos sociais, estruturais e funcionais que constituem o ambiente. Pode-se melhor entender essa relação nas palavras de Giometti, Pitton e Ortigoza (2012, p. 34) ao afirmarem que “[...] o espaço geográfico deve ser entendido como uma totalidade dinâmica em que interagem

fatores naturais, socioeconômicos e políticos”. Os fatores naturais dizem respeito às formas espaciais presentes na natureza, os elementos socioeconômicos e políticos referem-se àqueles construídos pelo homem.

Com semelhante pensamento o geógrafo francês Éric Dardel, em seu livro “O homem e a terra”, lançado em 1952, salienta que o espaço geográfico é composto por diferentes espaços e que “[...] a mão do homem dá a cada lugar uma singularidade em seu aspecto” (DARDEL, 2011, p. 2). Na primeira parte da obra citada o autor apresenta o conceito de espaço correlacionando-o com a literatura, expõe ainda as subdivisões encontradas por ele nesse conceito, tais como: espaço material, espaço telúrico, espaço aquático, espaço aéreo e espaço construído. Não se pretende ater às subdivisões, mas sim ao conceito de espaço defendido pelo referido autor.

Mesmo considerando a presença da ação do homem no espaço, Dardel (2011) afirma que o ambiente geográfico exerce influência sobre o homem, condição em que este pode ser montanhês, nômade, terrestre ou marinho, dependendo do relevo, vegetação ou clima do ambiente em que vive. Dessa forma, salienta Dardel (2011, p. 9) que “[...] é importante não se acreditar no erro de que a espacialização geográfica se produz somente em virtude de um comportamento ativo [do homem]”.

Por outro lado, Dardel não abandona a ideia de que o homem altera o ambiente, tonando-se um construtor de espaços “[...] abrindo vias de comunicação: caminhos, pistas, estradas, vias férreas, canais são maneiras de modificar o espaço, de o recriar” (DARDEL, 2011, p. 29). No pensamento desse autor, o homem figura como agente transformador do espaço, mas que também é por ele influenciado.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2006) defende que espaço é o resultado da produção da sociedade, trazendo a ideia de organização e relações sociais ao seu entendimento do que vem a ser espaço geográfico. Em sua obra “A produção do espaço”, Lefebvre postula o espaço como fundamentalmente atrelado à realidade social; diz ainda que o espaço, assim como o tempo, sendo fruto da produção social, não pode ser visto de forma universal, podendo ser compreendido dentro do contexto de uma sociedade específica, o que o torna não somente relacional, mas essencialmente histórico.

Lefebvre formula a teoria da produção do espaço baseada em três dimensões que ele chama também de momentos da produção do espaço, os quais são: prática espacial, que está diretamente relacionada à dimensão material e interações sociais da produção do espaço; representação do espaço, responsáveis pela formação da imagem e definição do espaço; espaço de representação que se refere à dimensão simbólica do espaço.

A teoria sugere que, com base nessas três dimensões, poder-se-ia analisar o espaço social, o qual se constitui no processo de prática espacial em forma de rede de atividades interconectadas, que sobrevivem em um meio material determinado, ou seja, o ambiente construído (SCHMID, 2012). Esse espaço, objeto principal da teoria de Lefebvre, seria a união dos aspectos subjetivo, representado pelas relações sociais, e do concreto, expresso pelo meio físico em suas diversas formas de apresentação.

Este pensamento é corroborado por Santos (2014) quando relata que uma das possibilidades de constituir a geografia é a de trabalhar com as categorias configuração espacial e relações sociais. O autor afirma que a configuração territorial, antes formada (e transformada) pelo conjunto de sistemas naturais, tem sido cada vez mais influenciada pelas ações dos homens, o que a transforma em uma produção histórica de natureza humanizada. À medida que aumentam as ações humanas na transformação da configuração espacial, a atuação dos sistemas naturais diminui, fazendo com que esses sistemas sejam cada vez mais artificiais.

Assim, Santos (2014, p. 63) considera que “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Os objetos, sendo naturais, existem por si só, mas as ações dependem dos homens; ao se juntarem, esses elementos estabelecem um vínculo que não mais poderá ser desfeito, constituindo, assim, o espaço geográfico.

Além dos objetos naturais, que podem ser classificados como coisas, o espaço também é composto pelos objetos artificiais, aqueles produzidos pelos homens. Santos (2014, p. 86) chama atenção para o fato de que, na atualidade, o espaço se transformou em “[...] um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes”. Ou seja, o espaço está perdendo sua naturalidade em decorrência da manipulação do homem e suas relações.

Em conformidade com o entendimento de Santos, Edward Soja assevera que as relações sociais são imprescindíveis à formação do espaço em sua totalidade. Afirma Soja (1993, p. 148), que no contexto da interpretação “[...] tanto o espaço material da natureza física quanto o espaço ideativo da natureza humana têm que ser vistos como socialmente produzidos e reproduzidos [...]”, e que, por isso, devem ser teorizados e entendidos como constituintes da espacialidade.

O referido autor trata a espacialidade como sendo:

Socialmente produzida e, como a própria sociedade, existe em formas substanciais (espacialidades concretas) e como um conjunto de relações entre os indivíduos e os grupos, uma ‘corporificação’ e um meio da própria vida social (SOJA, 1993, p. 147).

O autor considera a espacialidade não como algo abstrato, mas sim como algo concretizado pelas relações sociais entre os seres humanos em seus diferentes tipos de interações. Essas interações constituem-se em elemento para formação do espaço, logo, a maneira com que elas ocorrem influenciará no espaço por elas produzido. Como exemplo disso, pode-se citar uma constatação de Certeau (2009) quando afirma que, de modo comum, a rua é definida geometricamente pelos urbanistas, mas só é transformada em espaço pela presença das pessoas que a utilizam. Seguindo esse pensamento, entende-se que sem a presença dos seres humanos e suas relações não haverá espaço geográfico.

Dada a importância das relações sociais para o espaço, pretende-se destacar a dimensão social existente nas políticas públicas direcionadas à Praia Grande no centro histórico de São Luís, tendo como principal instrumento de investigação o PPRCH. Essa área constitui-se em um espaço de importância histórica, cultural e econômica para a cidade. Sua relevância histórica consiste no fato de que foi por esta localidade que a cidade iniciou sua formação, sendo, em suas proximidades, levantado o primeiro forte para proteção de seu território, como será visto mais detalhado em outra seção.

A Praia Grande representa um dos principais palcos culturais da cidade, onde ocorrem diversas manifestações culturais, que podem ser encontrados diversos produtos típicos da cultura maranhense e, também, onde estão concentrados museus e centros culturais. Por muitos anos a economia da cidade esteve concentrada nas atividades comerciais existentes na Praia Grande, em que neste espaço foi instalado o primeiro porto da cidade por onde partiam e chegavam os produtos comercializados com outros estados e países. Atualmente, a área possui grande potencial turístico e cultural, sendo considerada um atrativo por seu patrimônio cultural edificado, o qual não mais pertence apenas à São Luís, mais sim à humanidade.

A área da Praia Grande hodiernamente abriga vários órgãos públicos e ainda algumas moradias populares, ambos frutos de ações do PPRCH. Essas ações foram tomadas com o intuito de dinamizar a vida social daquele espaço, aspecto este que havia sido afetado pelo estado de degradação, no qual a área se encontrava até meados da década de 1980. O aspecto social é um dos elementos essenciais para a formação do espaço geográfico, em que se houver o comprometimento deste aspecto, o espaço poderá ser afetado de forma negativa.

Quando o aspecto social do espaço é afetado, tornam-se necessárias intervenções, em geral exercidas pelo poder público, as quais devem contemplar a totalidade das dimensões abrangidas pelo conceito de espaço geográfico.

## **2.1 Espaço, Lugar e Paisagem: semelhanças e diferenças**

Espaço e paisagem são duas categorias de estudo da geografia que guardam entre si uma relação muito íntima, e, por apresentarem semelhanças, são muitas vezes tomadas como sinônimas, mas que são distintas. Uma das principais semelhanças entre essas duas categorias é apontada por Santos (2014, p. 67), quando afirma que a paisagem, assim como o espaço, é resultado de movimentos superficiais e do interior da sociedade, “[...] uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos”.

Os elementos forma, função e sentido são apresentados na paisagem de forma múltipla e heterogênea, conforme mostra o próprio Santos em sua obra “Metamorfose do Espaço Habitado”:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções, e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial (SANTOS, 2014, p. 71).

Assim como no espaço, na paisagem também estão presentes os objetos naturais e artificiais de forma diversificada, essa diversidade ocorre justamente como consequência da multiplicidade de funções que a sociedade sugere, e que, por sua vez, reflete na multiplicidade e heterogeneidade das formas, funções e sentidos existentes na paisagem.

Semelhanças à parte, espaço e paisagem apresentam uma diferença essencial: a presença do homem, que é uma condição primordial para a existência do espaço na concepção da geografia humanista, mas que não se faz necessária à existência da paisagem. Dessa forma, pode haver paisagem sem seres humanos, sendo ela constituída apenas pelo conjunto de objetos naturais e artificiais, mas, sem as relações sociais exercidas pelos homens, não haverá espaço.

Afirma Santos (2014) ainda, que a paisagem, à semelhança do espaço, também é fruto de uma construção histórica formada por acumulações de diferentes tempos.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 2014, p. 72-73).

Vê-se, então, que o autor considera a paisagem como sendo um componente do espaço que obedece à lógica do seu tempo e que imprime nela essa lógica. Assim, compreende-se que a paisagem se adapta às necessidades das diferentes funções em cada sociedade e em determinada época. Ao tratar sobre paisagem, Tuan (1980, p. 140) afirma que esta “[...] é um arranjo de aspectos naturais e humanos em sua perspectiva grosseira; os elementos naturais são organizados de tal forma que proporcionam um ambiente apropriado para a atividade humana”. Aqui o autor condiciona a paisagem às necessidades funcionais do homem, de modo que a própria organização do natural se dá de acordo com as ações que serão desenvolvidas pelos homens naquele local.

Em conformidade com Tuan, o autor Santos (2012, p. 53) assevera que a paisagem possui dois traços comuns: “[...] ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações”. Se observar as paisagens, sobretudo as urbanas, sob esse entendimento, notar-se-á que elas possuem traços heterogêneos, os quais resultam de tipos de arquitetura usados em diferentes épocas, de diferentes estilos de vida, e até mesmo de acontecimentos históricos marcantes preservados para servir de testemunho a outras gerações. Nesse sentido, adotou-se o conceito de paisagem como sendo o conjunto de elementos que constituem uma parte do espaço limitada pela visão.

Outra categoria que é comumente trabalhada ao lado do espaço e que merece ser aqui comentada é lugar. Este apresenta algumas características que o diferenciam da paisagem e também do espaço. Para tratar de lugar invoca-se um dos principais autores deste tema, Yi-Fu Tuan, que em sua obra “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência” apresenta uma discussão interdisciplinar e humanista sobre as questões relacionadas a espaço e lugar, com destaque para este último.

Ao diferenciar espaço e lugar, Tuan (2013) destaca que lugar é a pausa do movimento, é algo fixo, é segurança, enquanto o espaço representa o movimento, a liberdade. O autor diz ainda que: “[...] os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (TUAN, 2013, p. 12). Em outras palavras, lugar é uma porção do espaço com a qual o homem estabelece relações mais íntimas e, geralmente, mais duradouras, onde ele encontra refúgio e abrigo.

Nessa perspectiva, o autor afirma ainda que o homem organiza o espaço com o propósito de atender às suas demandas relacionadas à subsistência e de suas relações sociais, estabelecendo interações, também, com o espaço. Em paralelo, Santos (2012) conclui que o próprio espaço se adapta para atender às mudanças da sociedade. Compreende-se, assim, que há uma relação de dependência e, a um só tempo, de reciprocidade entre o espaço e a sociedade, onde o homem, mesmo que inconscientemente, altera o espaço de forma constante.

Essa relação entre espaço e sociedade, no entender de Tuan, tem o homem como medida de todas as coisas, inclusive da organização espacial, que, por sua vez, é sustentada por princípios que têm como elementos a postura e a estrutura do corpo humano e, também, as relações – sejam elas próximas ou distantes – entre as pessoas (TUAN, 2013). Esses elementos, além de orientarem a organização do espaço, servem para atribuir significado ao lugar, pois determinam a intensidade das experiências vividas pelas pessoas.

A experiência, aliás, é a base do sentido de lugar. Ou seja, ela permitirá que o espaço se transforme em lugar na proporção em que aquela ganha uma definição e um significado, os quais só podem ser adquiridos por meio das relações estabelecidas entre o homem e o espaço. Afirma Certeau (2009, p. 185) que: “[...] existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”; essas experiências podem promover um estado de familiaridade com o espaço, e, quanto mais íntimas forem as experiências, maior será o sentimento para com o lugar. Esse sentimento pode, ainda, ser determinado pela simbologia que cada cultura atribui às experiências com lugares, como acontece, por exemplo, com o judeu que, pelas experiências vividas na sinagoga, vê nela uma importância que, certamente, não é atribuída por pessoas de outras religiões.

Nessa perspectiva, Tuan (2013, p. 167) faz a seguinte colocação: “[...] movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual”, incluindo aí a questão dos diferentes significados que determinadas experiências têm para cada pessoa. O autor diz, ainda, que a intimidade é representada em cada cultura por diferentes símbolos, e que essa mesma cultura é quem estabelece o foco e a amplitude do conhecimento. A cultura exerce, assim, forte influência na construção do sentido de lugar, pois ela interfere diretamente nas experiências dos indivíduos, levando-os a terem diferentes percepções de um mesmo acontecimento e atribuindo significados diferentes a um mesmo ambiente ou fato histórico.

Um exemplo ilustrativo dessa influência da cultura está na preservação de monumentos e imóveis, os quais para determinado grupo cultural podem apresentar muito significado, motivo que justifica sua preservação por este grupo. Mas para outras culturas, um



mesmo monumento pode não apresentar outra importância além de sua funcionalidade, pois não há para este grupo o sentimento de pertencimento e, portanto, não veem necessidade de sua preservação.

Nesse sentido, Tuan (1980, p. 68) afirma que: “[...] no nível de atitudes e preferências de um grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico”. Relacionando o exemplo supracitado com essa afirmação, entende-se que a decisão de preservar é tomada com base nas experiências históricas do grupo com determinado monumento, o que permitirá que este último seja imbuído de significado.

Outro aspecto importante para a constituição de lugar é a permanência, pois ela fará com que uma localidade se transforme em um centro de valor reconhecido por quem ali esteve, o que não aconteceria se o contato com aquele ambiente fosse transitório. Assim, as experiências são vividas em lugares onde se passa mais tempo, como, por exemplo, o lar. Nessa perspectiva, Tuan (2013, p. 169) afirma que: “[...] a afeição duradoura pelo lar é em parte resultado de experiências íntimas e aconchegantes”, daí o motivo pelo qual, para muitas pessoas, o lar é o melhor lugar para estar.

As experiências íntimas são responsáveis por produzir, também, lugares íntimos, os quais, no entender de Tuan, podem ser tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiras estabelecem contato. Esses lugares:

[...] podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação, mas não são guardados como instantâneos no álbum da família nem percebidos como símbolos comuns: cadeira, cama, sala de estar, que permitem explicações detalhadas. Não se podem desenhar nem planejar deliberadamente, com a mínima garantia de êxito, as ocasiões de troca genuína de intimidade (TUAN, 2013, p. 172).

Os lugares íntimos são pessoais e intransferíveis, frutos de experiências singulares e duradouras, as quais são difíceis de descrever, porém, não impossíveis. O autor supracitado coloca o lar como o principal exemplo de lugares íntimos (TUAN, 2013). O lar é onde, geralmente, se dão as mais significativas experiências de uma pessoa, onde ela se sente mais à vontade e, portanto, pode desfrutar da intimidade do lugar.

Nessa perspectiva, tem-se o lugar como uma porção do espaço com a qual a pessoa se identifica pelas experiências que nela viveu, lugar que permite tantas interpretações quantas experiências podem ser vividas nele. Com base nessas interpretações, o espaço pode

apresentar diferentes dimensões que possibilitam diversos olhares sobre o referido tema, e que podem ser percebidos por meio de sua dinâmica.

## **2.2 A dinâmica do Espaço Geográfico e suas dimensões**

O espaço geográfico é, também, o espaço social, pois ambos têm o homem como seu produtor e principal agente de mudanças. Ao discutir essa relação, Castells (1977 apud SOJA, 1993) afirma que o espaço interage com a sociedade e, a partir dessa interação, adquire forma e ganha função e significação sociais.

As ações sociais desenvolvidas pelo homem em interação com seus pares ocorrem no espaço geográfico e este não permanece indiferente; ele responde a elas, refletindo suas consequências e produzindo uma relação sócio-espacial dialética. Essa relação, segundo Soja (1993) teve sua premissa básica introduzida por Lefebvre (1970 apud SOJA, 1993, p. 103):

[...] as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço (ao menos na medida em que, antes de mais nada, mantemos uma visão do espaço organizado como sendo socialmente construído).

Estabelecendo um paralelo com o PPRCH, observa-se que as ações nele desenvolvidas levam em consideração as relações dos homens com os homens e, também, destes com o ambiente. Para exemplificar, pode-se citar uma das políticas orientadoras do Programa, que visa propiciar a permanência da população residente no centro histórico como uma tentativa de manter o fluxo de pessoas e a interação destas com aquele espaço.

Tanto Soja quanto Lefebvre destacam que o espaço é construído socialmente e com forte influência das forças de produção. Com base em Marx e Engels, Lefebvre (2006) coloca como forças produtivas a natureza, o trabalho e sua divisão, os instrumentos empregados, as técnicas – aqui entendidas como os procedimentos aplicados para alcançar determinado fim, por exemplo, técnicas de irrigação do solo – e os conhecimentos. O autor afirma, ainda, que o espaço atua não só nas relações de produção, mas, também, nas forças produtivas, sendo, a um só tempo, produtivo e produtor (LEFEBVRE, 2006).

Entende Santos (2014) que a dialética da relação entre o social e o espacial está na interação entre o que ele chama de sistemas de objetos e sistemas de ações. Defende Santos (2014, p. 106) que a dinâmica e transformação do espaço ocorrem quando, “[...] de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema

de ações leva à criação de novos objetos ou realiza-se sobre objetos preexistentes”. Isso significa que, numa perspectiva, os elementos naturais determinam o modo de agir do homem, como ocorre, por exemplo, com o uso do solo para plantação, em que deve ser respeitado um período de tempo para que este se recupere e renove seus nutrientes.

Em outra perspectiva, as ações do homem provocam a criação de novos objetos ou modificam os elementos naturais já existentes, quando, por exemplo, a paisagem é modificada em virtude da construção de prédios. Em continuação, o autor conclui que, para entender o que significam o espaço e a sociedade, torna-se necessário compreender os sistemas técnicos aplicados nas ações do homem sobre a natureza (SANTOS, 2014).

Para Santos (2012), a técnica, – intermediário entre a natureza e o homem – por ter se tornado alvo de uma sofisticada elaboração científica, acabou subvertendo as relações do homem com o próprio homem, com o meio e com as coisas, e também as relações entre as classes sociais e as relações entre nações. Essa modificação das relações sociais altera, inclusive, a produção do espaço social, na medida em que este é fruto daquelas.

De acordo com Lefebvre (2006), o espaço é também o meio pelo qual se exerce a hegemonia, constituindo-se um sistema por uma lógica subjacente, pelo emprego das técnicas e do saber. Nesse sentido, observa-se que os países, ou territórios considerados hegemônicos na atualidade, são aqueles que possuem desenvolvido saber científico e tecnológico. Esse saber possibilita a elaboração de técnicas altamente sofisticadas que, por sua vez, influenciam e direcionam a produção do espaço, fazendo com que este se torne cada vez mais artificial.

Outro elemento que interfere fortemente na produção do espaço geográfico, e que também contribui para a formação de espaços hegemônicos, é o capitalismo. Conforme Soja (1993), citando Mandel (1976), afirma que o capitalismo é um dos principais responsáveis pela desigualdade no desenvolvimento das nações e regiões. Assim, o autor aponta que: “[...] o desenvolvimento desigual entre as regiões e as nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão de obra” (SOJA, 1993, p. 103).

O espaço geográfico, por sua dinâmica e interação com a sociedade, permite diversas leituras, uma delas é a partir da dimensão econômica e suas nuances. Nessa perspectiva, tem-se o espaço econômico, o qual leva em consideração tanto as questões de localização, quanto as relações que permeiam o espaço geográfico, constituindo-se uma vertente deste. Segundo Pires do Rio (2012, p. 160-161), o espaço econômico constitui-se:

[...] de um lado, pela evolução dos sistemas econômicos que o ocupam, exploram, gerem [e] dos sistemas ideológicos que também o caracterizam, ainda que de modo distinto do anterior e, de outro, pelos regimes institucionais que balizam o

comportamento dos agentes econômicos, quer no que diz respeito à realização de investimentos, quer no tocante à constituição de redes de empresas e aos distritos industriais ou ainda nas estratégias e ações da empresa-rede.

Nesse sentido, o espaço econômico, assim constituído, é também um espaço abstrato, onde ocorrem as relações de consumo, não só pelas pessoas, mas, também, pelas instituições, países, territórios e regiões. É ainda o espaço das relações de produção, exportação e importação de produtos, serviços e capital por meio da exploração do capital humano e dos recursos naturais, industriais e tecnológicos.

A disseminação do uso da tecnologia, não só nas relações de produção como também nos meios de transporte e comunicação, fez surgir o chamado período tecnológico. Segundo Santos (2012), esse período tem como pilares a ciência, pesquisa pura e aplicada, a própria tecnologia e os meios de comunicação de massa. Mas, para o autor, o grande veículo de afirmação do período tecnológico em todo o mundo são as empresas transnacionais, pois, somente elas poderiam objetivar as tendências desse período e estabelecer, em toda parte, essa forma de universalização perversa característica da atual vida no mundo.

As empresas transnacionais operam por meio da utilização da mão de obra barata dos países subdesenvolvidos, para produzir a baixo custo produtos de exportação, e ainda promovem a elevação das taxas de lucros (SANTOS, 2012). Essas empresas geralmente se instalam em países com baixo índice de desenvolvimento, exploram os recursos humanos e naturais necessários para fabricação dos seus produtos. Esses produtos são comercializados por baixos preços, pois são produzidos em larga escala e por um custo menor do que o das pequenas e médias empresas locais, o que, por sua vez, afeta a economia local na medida em que essas empresas, conseqüentemente, obtêm menor lucro.

Outro modo de ver o espaço geográfico é por meio dos símbolos e significados que são impressos e representados nele, os quais possibilitam uma observação a partir da dimensão cultural do espaço. Ao discorrerem sobre o termo cultura, Castro, Gomes e Corrêa (2012, p. 14) observam que:

Apesar de sua polissemia, tal termo revela uma percepção da diversidade de modos de vida, costumes, símbolos e práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva. Nesse sentido, o olhar geográfico revela que essas práticas tem uma dimensão espacial, que elas requerem organização de territórios ou interação com o meio ambiente, levando a uma adaptação deste ou à sua transformação.

Dessa forma, tem-se que, assim como o espaço apresenta uma dimensão cultural, conseqüentemente a cultura possui um aspecto espacial, pois o espaço constitui-se no meio

onde ocorre a disseminação dos costumes e das tradições, onde são vivenciadas as experiências cotidianas de um povo, ou seja, onde acontecem as práticas culturais. Com grande relevância para o campo geográfico, as questões culturais deram origem à chamada geografia cultural, a qual surgiu ao lado da geografia humana no final do século dezenove.

É no espaço geográfico, e de forma mais expressiva nos espaços públicos, que se dá a manifestação da cultura, onde ocorre, também, a afirmação das diferentes identidades existentes entre os grupos sociais. Essa afirmação, em meio à diversidade de identidades, sobretudo, no que se referem às minorias sociais, muitas vezes gera conflitos culturais que são expressos por meio da intolerância e do preconceito.

Ao falar sobre a criação de lugares, Tuan (2013) afirma que a cultura afeta a percepção das pessoas em relação à importância do espaço e dos objetos nele contidos. O autor destaca que:

Objetos que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra. A cultura afeta a percepção. No entanto, certos objetos, quer naturais ou feitos pelo homem, persistem como lugares ao longo da eternidade do tempo, sobrevivendo ao apoio de determinadas culturas. Talvez qualquer grande aspecto na paisagem crie seu próprio mundo, o qual pode aumentar ou diminuir segundo o interesse momentâneo das pessoas, sem perder inteiramente sua identidade (TUAN, 2013, p. 201).

O autor trata, de forma mais específica dos monumentos, os quais são símbolos culturais de um povo e que, portanto, para este é repleto de significado. Mas, para outras culturas, outros povos, um mesmo monumento ou mesmo espaço, pode não ter muito significado, pode não ter outra importância além da funcional. Essas questões são fortemente influenciadas pela cultura de cada sociedade. Destarte, podem-se citar, também, os lugares considerados memoráveis na percepção individual de cada morador ou usuário, os quais nem sempre coincidem com os lugares memoráveis preservados pelo poder público, e nem sempre têm os mesmos motivos e interesses.

Os monumentos produzidos pelo homem, em conjunto com os demais elementos e relações existentes em determinado espaço, constituem a paisagem cultural. Essa paisagem é também constituída pelos significados que os homens atribuem às formas físicas no contexto social por meio das especificidades espaciais. O conjunto de fatores e elementos formadores da paisagem cultural atribui ao espaço uma identidade ímpar, que o diferencia dos demais e lhe confere a referida classificação.

Segundo o IPHAN, citado por Nascimento e Scifoni (2010), a paisagem cultural é uma limitada extensão territorial que possui características peculiares e que é “[...] produto de

relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza, relações essas que podem aparecer fisicamente, sob a forma de marcas, e/ou por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 3). Ou seja, a paisagem cultural é o espaço somado aos significados e valores impressos nele, tendo como ponto forte as relações estabelecidas nesse espaço.

Outro conceito que leva em consideração as relações do homem com o espaço é o de patrimônio ambiental urbano. O patrimônio ambiental urbano abrange não somente as estruturas arquitetônicas protegidas legalmente, mas, também, as relações com as pessoas dentro de um processo social em um determinado ambiente. Nessa perspectiva, Yázigi (2012), considera que o ambiente vai além do espaço físico, ele é composto pelas relações que acontecem em um lugar específico. O autor afirma ainda que:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir (YÁZIGY, 2012, p. 28, grifo do autor).

Na colocação desse autor percebe-se que, no conceito de patrimônio ambiental urbano, os bens não são considerados isoladamente, mas sim em conjunto, onde há a inclusão do entorno, sendo este, por extensão e por sua importância, considerado patrimônio e, portanto, necessitando de proteção e preservação, tanto por parte dos seus usuários como por parte do Estado.

O governo exerce a preservação desses espaços por meio de políticas públicas voltadas para a restauração e conservação dos bens degradados ou ameaçados de degradação, em que essas políticas são elaboradas e implantadas por órgãos específicos, responsáveis pela salvaguarda do chamado patrimônio cultural edificado, assunto que será tratado na sequência.

### **2.3 Políticas Públicas para preservação de espaços históricos**

O Estado promove suas ações de proteção, preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano e do espaço público por meio de políticas públicas específicas.

Nesse sentido, as políticas públicas surgem como uma forma de gerir os problemas e as demandas coletivas “[...] através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos” (DIAS; MATOS, 2012, p. 14). Assim, neste trabalho, entende-se como políticas públicas o conjunto de ações voltadas a atender às necessidades das populações.

A administração pública no Brasil tem passado por um processo de ampliação de seu campo de abrangência, no qual tem sido elaborado um conjunto de políticas públicas com vistas a atender as mais diversas demandas da população. Dentre essas demandas, encontra-se a necessidade de usufruir de espaços que apresentem boas estruturas físicas e sociais, e que proporcionem experiências agradáveis à população e que possam, assim, ser reconhecidos como lugares e paisagens marcantes.

Nesse sentido, as políticas públicas representam instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente, são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não somente das populações, mas, também, dos setores aos quais se destinam. Essas políticas constituem ações que visam à melhoria do bem-estar social e, portanto, devem ser elaboradas levando em consideração a dinâmica do espaço que as envolve.

Dentre as inúmeras necessidades das populações, está a preservação das boas condições estruturais e sociais do espaço em que vivem os indivíduos. Nesse sentido, o poder público tem a responsabilidade de desenvolver políticas capazes de promover melhorias significativas nas estruturas que compõem o espaço, possibilitando, assim, uma melhoria na relação entre o homem e a paisagem. Essa necessidade da população passou a ser, também, uma preocupação dos governos, que se voltaram para o tema e incluíram em suas agendas a elaboração e implantação de políticas com vistas a garantir a preservação dos espaços, sobretudo, os históricos.

No Brasil, essa preocupação foi efetivamente demonstrada por meio da institucionalização da preservação cultural, mais precisamente com a criação do então SPHAN, em 1937, hoje instituto IPHAN. Este órgão é responsável por salvaguardar o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Para tanto, o IPHAN faz uso de vários instrumentos legais para identificar, selecionar, conservar e restaurar:

[...] os bens culturais de natureza material (áreas urbanas, imóveis rurais, edificações, objetos móveis, em geral de cunho religioso) e imaginária, ou

integrados à arquitetura, como forros altares etc., enquadrando-os na categoria de patrimônio nacional (CHUVA, 2012, p. 67).

Por meio de suas ações, o IPHAN visa garantir a manutenção e o acesso ao patrimônio cultural às gerações atuais e vindouras, para que, assim, os indivíduos possam conhecer, se identificar e se apropriar da história construída pelas gerações passadas. Essa história é deixada para memória das gerações posteriores como elemento capaz de provocar o sentimento de pertencimento a determinado grupo, o qual contribui para formação das identidades culturais.

Os principais instrumentos utilizados na proteção do patrimônio cultural são o inventário, o registro e o tombamento. Para a salvaguarda do patrimônio cultural edificado, o instrumento comumente utilizado é o tombamento, o qual restringe os direitos dos proprietários dos bens impondo normas que condicionam as alterações que podem ser feitas, a fim de evitar a descaracterização do patrimônio e a consequente perda do seu valor histórico e cultural.

A expressão Patrimônio histórico, no entendimento de Choay (2001, p. 11), é usada para designar:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Vemos, então, o patrimônio histórico, tanto em seu sentido físico quanto simbólico, como uma criação do homem, pois este é responsável pela produção material daquele e, também, por sua atribuição de sentidos. É levando em consideração os sentidos e significados dos bens, sejam eles materiais ou imateriais, que o estado opta por empreender ações para preservá-los ou não. Os bens que, geralmente, são alvo da ação preservacionista do governo são aqueles representativos da cultura erudita, da história dos vencedores e que remontam a fatos memoráveis da nação.

Ao criticar e avaliar o processo de elaboração das políticas públicas de preservação e escolha de bens a serem preservados, Fonseca (1997, p. 36) assevera que não basta simplesmente eleger bens patrimoniais e desenvolver ações para sua manutenção, afirmando que:

É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua



proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.

A autora coloca o envolvimento da população como um dos fatores necessários para elaboração e implantação de políticas de preservação do patrimônio, fator este que nem sempre está presente naqueles processos. A participação popular, além de dar voz à sociedade, contribui para que esta se sinta membro atuante no processo de preservação patrimonial, levando-a a compreender e defender a execução das políticas resultantes desse processo.

Quando a sociedade tem o pleno conhecimento da importância do patrimônio cultural e de sua preservação, ela é capaz de usufruir deste de modo a evitar sua degradação, o que permitirá que as próximas gerações tenham acesso a esse legado de memórias deixado pelas gerações passadas. Por isso, torna-se essencial o estímulo do envolvimento da sociedade nas questões referentes à preservação de seu legado cultural.

Outro fator essencial e que deve ser observado na elaboração das políticas públicas, não somente para preservação de espaços, mas para todos os setores, é o planejamento das ações a serem desenvolvidas. O planejamento deve levar em consideração o ambiente de execução das atividades, se for o caso, o contexto no qual está inserido o bem a ser preservado; o tempo previsto para duração e orçamento disponível para utilização durante o desenvolvimento das ações. Esses e outros elementos devem ser estruturados de forma que a execução de seu conjunto promova melhorias efetivas no estado de conservação do patrimônio cultural, promovendo, também, sua reestruturação.

Nessa perspectiva, em São Luís, a partir do fim da década de 1970, iniciou-se o processo de planejamento de ações com o PPRCHSL, com o objetivo de empreender melhorias nas estruturas física e social na área do centro histórico que abrange Praia Grande, o qual se constitui uma área de grande importância para a cidade e que existe desde a formação desta.

### **3 A CIDADE DE SÃO LUÍS E A PRAIA GRANDE**

Antes de empreender a análise do PPRCH, considera-se conveniente apresentar uma caracterização do objeto de pesquisa, a Praia Grande, o qual está inserido em um contexto maior que é a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Destarte, para tratar das políticas públicas direcionadas ao espaço da Praia Grande, faz-se necessário discorrer sobre o surgimento, a constituição e o estado em que se encontra a referida área, que não se constituiu bairro, mas sim uma localidade do centro da capital maranhense.

Considerando que a história da formação da Praia Grande se confunde, em muitos momentos, com a constituição da própria cidade de São Luís, inicia-se esta seção com informações históricas sobre a fundação da cidade, seu processo de crescimento e urbanização, desenvolvimento da economia, incluindo seu período de ápice e declínio.

#### **3.1 Breve Histórico sobre a Fundação de São Luís**

A cidade de São Luís encontra-se situada na parte ocidental da ilha que recebe o mesmo nome, ilha esta que foi chamada pelos índios tupinambás de Upaon-Açu (Ilha Grande).

Os tupinambás foram os primeiros habitantes das terras ludovicenses, e viviam em grande número até a chegada dos franceses, os quais resolveram se aventurar em expedição ao norte do Brasil, depois de tentativas sem sucesso em outras regiões do país<sup>4</sup>. Segundo os estudos do historiador Meireles (1982), os franceses chegaram às terras maranhenses a 26 de julho de 1612, ficando na chamada Upaon-Mirim (Ilha Pequena) até o retorno do emissário Des Vaux, designado para sondar a possível aceitação por parte dos indígenas.

Des Vaux retorna à Ilha Pequena com notícias da boa aceitação dos índios. Mas, não satisfeito, o senhor de Razilly resolve ir pessoalmente, com escolta, visitar as 27 aldeias existentes para ter certeza da boa receptividade dos indígenas. Confirmando essa informação decide, então, autorizar a chegada do restante da expedição à Ilha Grande, em 6 de agosto de 1612. Essas datas são divergentes entre alguns autores, como Viveiros (1954), por exemplo, ao defender que a expedição francesa a 6 de agosto estaria em frente à costa maranhense, e que a 12 do mesmo mês estaria ancorando no porto da Ilha de Upaon-Açu, dia este em que, segundo Meireles (1982), os franceses teriam celebrado a primeira missa no Maranhão.

---

<sup>4</sup> Segundo o historiador Mário Meireles (1982), os franceses haviam tentado invadir o Rio de Janeiro em 1555 e o Recife em 1595, mas foram expulsos pelos portugueses.

A expedição enviada ao Maranhão era composta por cerca de 500 homens, distribuídos em três embarcações nomeadas de Regente, Charlotte e Saint'Anne, as quais eram capitaneadas por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, François de Razilly, senhor de Aunelles e Razilly e Nicolas de Harley, senhor de Sancy e conselheiro do rei Luís XIII, todos nomeados loco-tenentes-gerais na América. A coroa francesa – então representada pelo jovem rei Luís XIII, sob as orientações de sua mãe Maria de Médici – concedeu a Daniel de La Touche autorização para estabelecer um forte e, a partir dele, conquistar terras dos lados direito e esquerdo, até 50 léguas, fundando, assim, a França Equinocial (MEIRELES, 1982).

As terras deveriam ser tomadas em nome da coroa e em nome da fé. Para tanto, a expedição contava, também, com a presença de quatro padres capuchinhos, a saber: Yves d'Evreux, líder religioso da missão, Claude d'Abeville, Arsene de Paris e Ambroise d'Amiens. Ao investir na expedição ao norte do Brasil, tanto a regente Maria de Médici, quanto François de Razilly pensaram no número de almas que “conduziriam a Deus”. Mas, acredita-se que a conquista territorial e os lucros que dela surgiriam tiveram maior peso na decisão da empreitada.

Porém, D'Abeville (2002) em sua “História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão”, procurou colocar a evangelização dos índios como prioridade na expedição francesa. Isso pode ser justificado tendo, como referência, o lugar de onde fala o autor, sendo D'Abeville padre da igreja católica e dela tomando partido. Esse caráter religioso da expedição fez com que seus membros atribuíssem, ao campo espiritual, os obstáculos (duras tempestades, desentendimentos entre os integrantes) enfrentados durante a conturbada viagem até o Maranhão. Ainda, segundo D'Abeville (2002), os viajantes acreditavam que aqueles percalços eram o próprio diabo tentando impedir que a fé fosse propagada.

Depois de instalados em Upaon-Açu e tendo conquistado a simpatia dos índios, os franceses ergueram um forte nas proximidades do mar, na parte mais alta que ali encontraram. O forte, construído com a importante ajuda da mão de obra indígena, recebeu o nome de Saint-Louis, em homenagem ao rei Luís XIII.

Após a construção do forte, prosseguiu-se à cerimônia solene de fundação da França Equinocial, marcada, então, para o dia 8 de setembro de 1612. De acordo com Meireles (1982), a cerimônia iniciou com uma procissão que saiu do convento de São Francisco e foi até o forte. Dela participaram franceses e tupinambás que conduziam objetos representativos da religião católica, como crucifixos, água benta, incenso e círios. Ao chegarem ao forte, os franceses benzeram e ergueram a cruz, desfilaram e curvaram-se frente a ela, num gesto de imitação. Também, os indígenas e os padres que integravam a expedição,

abençoaram os quatro cantos da Ilha e, assim, em 8 de setembro de 1612 foi oficialmente fundada a França Equinocial.

O forte São Luís que deu origem e, posteriormente, daria nome à cidade, foi erguido onde hoje se encontra o palácio do governo do estado, na área do centro histórico da capital, nas proximidades da Praia Grande. A cidade passou, então, a se formar, num primeiro momento, a partir daquela fortificação, ao redor do qual foram construídas as primeiras habitações, ainda rústicas, para os franceses que ali se instalaram. Em um segundo momento, uma formação mais duradoura da cidade se deu por parte dos colonos portugueses que chegariam a São Luís após a conquista da terra pela coroa Lusitana.

Essa conquista não ocorreu de forma pacífica, mas sim, por meio de uma batalha que ficou conhecida como batalha de Guaxenduba, que aconteceu em 1614 quando os franceses lutaram contra os portugueses pelo domínio das terras maranhenses, saindo os últimos vitoriosos. Sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, com um contingente de 500 combatentes (sendo 300 portugueses e 200 indígenas), os portugueses atacaram os franceses que contavam com cerca de 200 soldados e 2.000 indígenas, os quais foram comandados por Daniel de La Touche (MORENO, 2001). Mesmo em minoria, os portugueses venceram a disputa, deixando a dúvida no ar: se a vitória teria sido milagrosa pela ajuda de forças sobrenaturais, como alguns autores contam, ou meritória pelo uso de táticas de combate diferenciadas.

Pelo pouco tempo que passaram na cidade (1612-1614), os franceses não puderam deixar marcas significativas na cultura nem na arquitetura de São Luís. Considera-se herança de maior notoriedade por eles deixada, a fundação e o nome da cidade, e, também, a demarcação do forte, onde hoje se encontra a sede do governo estadual.

Retirados os franceses das terras maranhenses, a preocupação portuguesa agora era de conservar em seu domínio as terras conquistadas. Para tanto, Jerônimo de Albuquerque recebe a recomendação de reformar o forte, então denominado de São Felipe – em homenagem ao rei de Portugal e Espanha – em que, para esta tarefa, foram designados trabalhadores e separado os materiais necessários. Outra orientação recebida por Albuquerque, diz respeito ao traçado da vila que ali seria formada, sendo recomendado que ela fosse “[...] bem arruada e direita conforme a traça que ficava em poder do capitão mor” (VIVEIROS, 1954, p. 12).

Essa recomendação se refere ao traçado deixado pelo engenheiro da expedição portuguesa, Francisco de Frias de Mesquita, traçado este que previa o crescimento da cidade a partir do porto, adentrando o interior da vila, conforme ilustrado na figura 01.

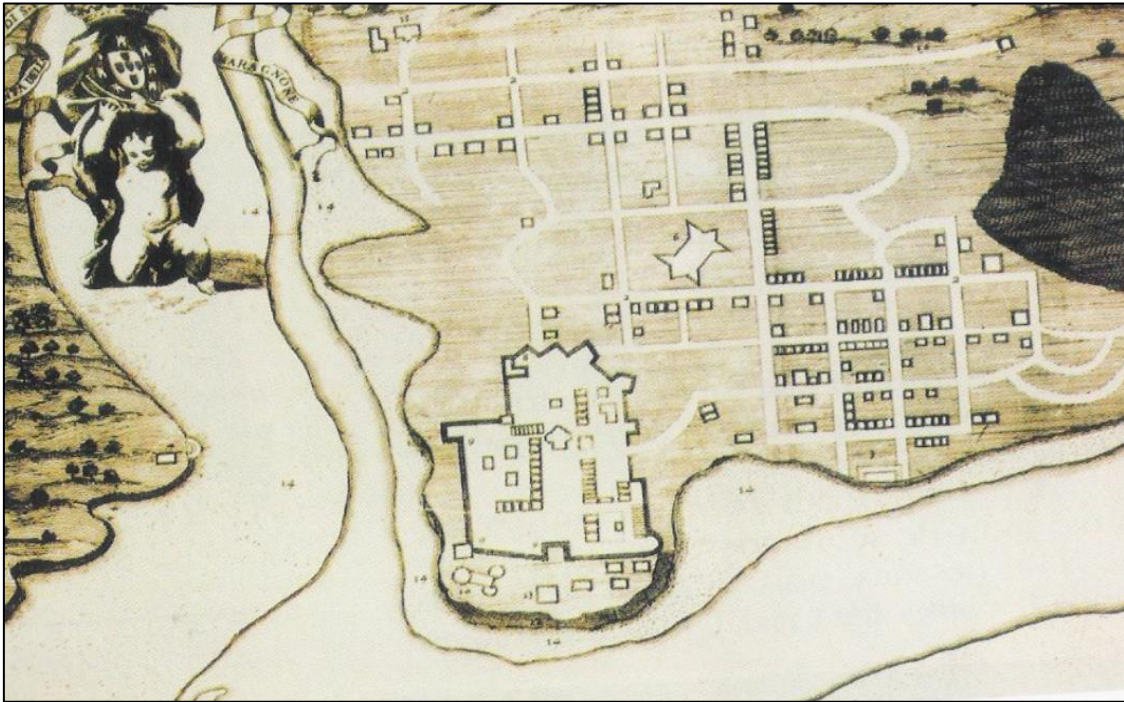


Figura 01 - Planta da cidade de São Luís - 1615.  
 Fonte: Andrès (1998, p. 32).

Sobre esta, que seria uma espécie de planta deixada por Francisco de Mesquita, Andrès (2006, p. 52-53) fornece alguns detalhes do modelo urbano que a cidade deveria adotar, informando que o engenheiro português “[...] concebeu um plano urbano no formato de quadras regulares, ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais, e esta constituição serviu como um referencial para a constituição local”. O autor destaca, ainda, que o referido projeto de evolução urbana teve importância determinante para São Luís, pois, mesmo as áreas da cidade que se constituíram dois séculos após a formulação do projeto, ainda seguiam suas orientações.

Os próximos passos para consolidação do domínio português no Maranhão seriam o povoamento e colonização das terras. Segundo Viveiros (1954), o povoamento ocorreu de forma lenta e, somente durante a administração de Diogo da Costa Machado (terceiro capitão mor do Maranhão - 1619/1622), a vila de São Luís recebera sua primeira leva de colonos, composta por duzentos casais de açorianos.

Como uma necessidade de organização política, diante da nova configuração advinda com a chegada de novos moradores, foi formado o primeiro Senado da Câmara, em 1621, que teve Simão Estácio da Silveira como primeiro presidente. A Câmara, que oficializava a municipalização da vila, teve a função de administrar a vida econômica da

colônia, exercendo controle sobre os portos, os preços dos produtos e sobre os impostos cobrados pela coroa.

Mais tarde, em 1621, era instituído o estado do Maranhão e Grão-Pará, com administração separada do Brasil, tendo como primeiro governador e capitão-general Francisco Coelho de Carvalho. Essa divisão do território brasileiro, em dois estados coloniais, foi uma tentativa de aumentar o controle sobre as terras, dando maior atenção ao norte do país que ficara sujeito às invasões de corsários.

Porém, mesmo depois dos esforços portugueses para conservar as terras conquistadas, o Maranhão foi alvo de nova invasão, desta vez, pelos holandeses em 1641. As tropas comandadas pelo almirante Jan Cornelizoon Lichtardt e pelo coronel Koin Anderson eram formadas por 2000 holandeses que combateram contra 150 portugueses e, diante da enorme desvantagem, os lusitanos foram vencidos, ficando o Maranhão sob o governo do capitão Pieter Bas (MEIRELES, 1982).

O domínio dos holandeses não durou muito tempo. Em 1644, o governo português no Brasil reagiu travando batalhas sob o comando dos capitães Muniz Barreiros e Antônio Teixeira de Melo, em que os holandeses foram expulsos e mais uma vez o Maranhão estava sob o domínio português. Após duas invasões em territórios maranhenses, Portugal preocupou-se mais ainda em ocupar aquele espaço. Destarte, a câmara de São Luís tratou da distribuição das terras entre os colonos para que construíssem suas moradias e cultivassem o solo, pois até então a cidade pouco progredira e ainda apresentava ares de rusticidade, como relata o já citado Meireles (1982, p. 119), “[...] era uma cidade acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, a quase totalidade de suas casas de taipas e recobertas de palha”.

Para inserir a cidade no sistema comercial, Portugal resolve criar, em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão, que teria a função de explorar a atividade econômica no estado. A Companhia viabilizou a inserção de escravos africanos na produção agrícola, possibilitando o aumento da cana-de-açúcar e do tabaco.

No entanto, as ações da companhia não surtiram os efeitos desejados, deixando a população insatisfeita por ser impedida de adentrar no comércio local e por ter que pagar preços abusivos pelos produtos. Essa insatisfação gerou uma revolta popular que levou o nome dos seus líderes, Manoel Backman e Tomas Backman, sendo a revolta de Backman ocorrida em 1684. A princípio, a Companhia resistiu à revolta, mas, algum tempo depois deixou de existir, fazendo com que a economia do Maranhão retornasse ao mesmo estado de antes (MARTINS, 2012).

Em 1751, o estado sofre uma mudança administrativa, passando a se denominar estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo a cidade de Belém como sede. O Maranhão se torna, então, uma capitania subordinada ao Grão-Pará. Com essa alteração, as mudanças na economia maranhense não foram muito significativas, ficando estas muito mais no campo político e administrativo.

Em meio a essas mudanças, disputas por terras, revoltas e tentativas de organização econômica, administrativa e políticas, a cidade seguiu, ora progredindo, ora regredindo em alguns aspectos de sua conjuntura. Assim, formou-se a capital do estado do Maranhão, cidade de muitas histórias, muitas identidades, rica em diversidade cultural, fruto da fusão de povos diferentes que compartilharam, nem sempre de forma passiva, modos de vida diferentes.

### **3.2 Formação da Praia Grande e Processo de Urbanização de São Luís**

Paralelo aos acontecimentos que constituem a história da fundação de São Luís, a cidade foi se formando lentamente, e junto com ela foi se construindo, também, uma ideia de espaço urbano, onde seus gestores e moradores almejavam a modernização de sua estrutura.

Posteriormente, com as ações do PPRCH, surgirá uma proposta de revitalização dessa estrutura, porém, com os sentidos de espaço modificados em que não mais buscarão estruturas urbanas modernas, mas sim, um retorno aos primeiros traços de urbanização adotados pela cidade, tais como: lampiões para iluminação pública, ausência de fiação elétrica, ruas com calçamento de pedra, e outros, como será mostrado mais a frente.

Com o crescimento das famílias e a chegada de novos membros, como noras, genros e sogras, o espaço das residências, que até então existiam na cidade, foi se tornando insuficiente. Para solucionar esse problema os cidadãos faziam novos pedidos de terrenos – quase sempre próximos aos de seus familiares – ao Senado da Câmara. Os pedidos, geralmente, eram atendidos, de acordo com a necessidade de cada família e, assim, a constituição da malha urbana de São Luís se forma, inicialmente, expressando relações familiares e de amizades, tomando como referência seus moradores (MOTA; MANTOVANI, 1998).

Além das relações de parentesco, outra característica observada na formação da cidade foi a preferência pela proximidade a lugares importantes para a vida cotidiana, como porto, fontes, colégios e igrejas.

A constituição de São Luís teve como pontos de partida o porto e o forte, que representavam, respectivamente, comunicação com o restante do mundo e segurança contra ataques de inimigos. Nas proximidades do porto foi se formando a área da Praia Grande, que, de acordo com Martins (2012), recebeu esse nome porque os colonos costumavam chamar as margens dos rios de praia, titulavam de Praia Pequena as margens do rio Anil e, em contrapartida, de Praia Grande as reentrâncias do rio Bacanga. Tem-se, então, a Praia Grande como uma das primeiras áreas de São Luís, onde a cidade iniciou sua vida comercial, tornando-se, assim, de grande importância histórica, social e econômica, não somente para São Luís, mas, também, para o Maranhão.

A suntuosidade dos casarões existentes na Praia Grande se deve aos períodos áureos da economia maranhense. Um desses períodos teve início em 1756, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, responsável, também, por aumentar o povoamento no estado. O autor Viveiros (1954, p. 70), em sua obra “História do Comércio no Maranhão”, descreve a estrutura e função da Companhia com as seguintes palavras:

A empresa era um corpo político, composto de um provedor, oito deputados, um secretário e três conselheiros, com o fim de exercer o comércio e a navegação com o Estado do Maranhão e Grão-Pará [...]. Para isso foi-lhe concedido o mais absoluto monopólio da navegação, do tráfico de negros, da venda de mercadorias e compra de gêneros coloniais, pelo espaço de vinte anos.

O autor afirma, ainda, que com essa conjuntura, administrada por José Vieira da Silva, a Companhia foi capaz de criar e desenvolver as fontes da economia maranhense, de forma que possibilitou um surto de progresso aos últimos 40 anos do período colonial no Maranhão. Durante o exercício da Companhia, o estado produzia principalmente arroz e algodão, os quais eram exportados em larga escala e apresentavam altos lucros aos seus investidores. Mesmo depois de extinta em 1778, a Companhia ainda rendeu grande retorno àqueles que exploravam o mercado por seu intermédio.

Alavancada a economia local, o Maranhão teve condições e necessidade de promover investimentos na sua estrutura física, pois, mesmo com a movimentação econômica favorecida pela Companhia de Comércio, o estado não possuía um espaço para armazenar e negociar as mercadorias que eram produzidas e importadas. Um dos primeiros investimentos nesse sentido aconteceu em 1805, quando começou a ser organizado o celeiro público – hoje conhecido como Casa das Tulhas ou Feira da Praia Grande.

O prédio, que hoje abriga a Feira, data de 1861, pois sua formação percorreu um longo caminho. Um dos primeiros entraves à construção foram as condições do terreno, o



qual sendo próximo ao porto, sofria alagamentos em decorrência dos picos de maré. Parte do solo daquela área precisou ser aterrada, mas, antes mesmo que isso acontecesse, foram construídas barracas para o funcionamento do celeiro por iniciativas particulares (MEIRELES; TEIXEIRA, 1979).

Somente em 1820, a Feira passou a fazer parte da organização pública. Quando a Câmara assumiu sua administração, foi então montada uma estrutura para o gerenciamento do celeiro. No entanto, mesmo com o esforço da Câmara em organizar as atividades da feira, a relação entre os vendedores era muito conturbada, gerando, assim, muitos desentendimentos entre eles. Em decorrência das constantes desavenças, a Câmara decidiu desativar a Casa das Tulhas em 1833, ficando esta inativa por cerca de três décadas, até que em 1859 sua construção fosse delegada à Companhia Confiança Maranhense (MEIRELES; TEIXEIRA, 1979). Na figura 02 pode-se visualizar uma imagem da parte externa da Feira da Praia Grande registrada pelas lentes do fotógrafo Gaudêncio Cunha em 1908.



Figura 02: Largo do Comércio e Feira da Praia Grande à esquerda – ano 1908.  
Fonte: Cunha (2008, p. 99)

A Companhia concluiu a construção do prédio que hoje abriga a Feira da Praia Grande, ou casa das Tulhas, como também é conhecida, na qual, em 1981, seria empreendida a primeira obra do PPRCH, encarregada de restaurar a estrutura física do estabelecimento.

Outro investimento demandado pelo desenvolvimento da economia da cidade foi a construção do Cais da Sagração (figura 03), iniciada em 1841, com a finalidade de estruturar a atividade portuária em São Luís. O Cais recebeu esse nome em homenagem à consagração de D. Pedro II, o imperador. Ainda nas proximidades do porto da Praia Grande, em 1862 foi inaugurada a rampa Campos Melo, construída para facilitar e embarque e desembarque de pessoas através do porto. A rampa recebeu essa denominação em homenagem ao conselheiro Antônio Manoel de Campos Melo, presidente da província do Maranhão, que teve importante contribuição na construção dos portos em São Luís (MARTINS, 2012; MELO, 1991).



Figura 03: Cais da Sagração – 1908  
 Fonte: Cunha (2008, p. 11)

Essas obras favoreceram o acesso de pessoas e mercadorias, possibilitando o impulso da atividade comercial e contribuindo para o crescimento da cidade. O Cais também teve suas estruturas restauradas pelo PPRCH, que em 1999 empregou recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) na construção de uma nova estação de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros (ANDRÈS, 2006).

Com o crescimento vieram, também, os primeiros passos para urbanização de São Luís, que, por sua vez, ofereceu melhorias nas condições de vida dos ludovicenses. Segundo os escritos do historiador Silva (1987), o período compreendido entre os anos de 1850 e 1870

caracterizou-se por sucessivas tentativas do poder público de dotar a cidade de serviços de infraestrutura urbana e melhorias físicas, entre eles: água encanada, transporte coletivo, criação de logradouros e arborização. No entanto, muitas dessas tentativas não obtiveram êxito, o que se deve, em parte, às dificuldades em contratar empresas para execução dos serviços.

Desta feita, somente em 1856 foi assinado contrato para implantação da Companhia do Anil, que ficaria responsável pelo abastecimento de água potável na cidade. Em 1862, a empresa entregaria seis chafarizes distribuídos pela cidade, porém, sua operação não passaria disso, pois teve muitos litígios com o Estado, e a empresa acabou sendo dissolvida em 1867. Sete anos mais tarde seria instituída a Companhia das Águas de São Luís, que ficou responsável pelo serviço de abastecimento de água da cidade até os primeiros anos da década de 1920 (SILVA, 1987).

A questão do saneamento básico foi abordada pelo PPRCH a partir de 1987, quando o Programa procurou adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros, com o propósito de favorecer a população residente por meio da total recuperação da infraestrutura urbana e aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e esgoto (ANDRÈS, 2006).

Em 1863, iniciou-se o processo de melhoria da iluminação pública da cidade, que desde 1825 funcionava a base de candeeiros alimentados por azeite e, posteriormente, em 1843, lâmpões (figura 04 na próxima página) trazidos da Europa que passaram a ser alimentados por álcool terebintinado. O novo sistema de iluminação funcionaria a base de gás hidrogênio e seria implantado pela Companhia de iluminação a gás do Maranhão, criada para este fim, a qual teria a concessão privilegiada dos serviços por 40 anos. Uma nova fase desse sistema de iluminação passaria a usar como combustível o gás carbônico (SILVA, 1987).

Nota-se que São Luís procurou acompanhar os avanços que surgiam na área de infraestrutura, alcançando, assim, uma urbanização mais fugaz, comparada a algumas capitais brasileiras. O novo sistema de iluminação foi bem recepcionado na cidade e teve seus pontos de primeiro acesso situados nas regiões mais frequentadas da cidade, sobretudo, as mais nobres, conforme esse enunciado:

A nova iluminação, com efeito, foi saudada com entusiasmo na cidade. Principalmente pelos moradores das artérias que receberam aquela iluminação. As rampas do palácio, o largo do Carmo, a praça da Alegria, o beco do Quebra-Costas, o cais da Sagração, o beco do Precipício, o largo dos Amores, a rua dos Afogados, a rua da Inveja, o beco dos Barqueiros, a rua da Palma, o largo do Santo Antônio e a Praia Grande (SILVA, 1987, p. 258).





Figura 04: Rua da Estrela com destaque para lampião à esquerda – 1908.  
Fonte: Cunha (2008, p. 101)

O sistema de iluminação pública foi retomado pelo PPRCH, por meio da implantação de redes subterrâneas de energia elétrica e instalação de postes de ferro fundido, arandelas e lâmpadas, buscando, assim, reproduzir aqueles utilizados em 1843. Esse sistema de iluminação implantado pelo Programa permitiu a eliminação dos postes de concreto, transformadores e emaranhados de fios que causavam certa poluição visual à paisagem da Praia Grande (ANDRÈS, 2006).

Na segunda metade do século XIX, o Maranhão experimentava um período de alta na economia sustentado pelos engenhos de açúcar. De acordo com Viveiros (1954), no ano de 1860 existiam no estado 410 engenhos, destes, 284 eram movidos a vapor e a força hidráulica e 136 a tração animal.

Os engenhos estavam localizados no interior do Maranhão (Figura 05 na próxima página), mas os produtores, chamados senhores de engenho, movimentavam a cidade de São Luís e, conseqüentemente, sua economia, quando buscavam fugir de invernos rigorosos, ocasião em que aproveitavam para participar das atrações culturais da cidade, como peças e

recitais. A riqueza advinda da produção de açúcar permitiu que os senhores de engenhos enviassem os filhos para estudar em escolas superiores do Brasil e de fora do país, fato esse que formou no estado uma geração mais letrada, porém, não muito dada aos negócios (VIVEIROS, 1954).



Figura 05: Engenho d'água em Caxias - MA – 1908.  
Fonte: Cunha (2008, p. 166)

Essa movimentação na economia permitiu que o poder público investisse, também, no transporte coletivo. Dessa forma, em 1872 era inaugurada a Ferro-Carris, empresa responsável pelo transporte público de pessoas que foi, inicialmente, movido à tração animal. A empresa recebeu orientação técnica da Ferro-Carris Vila Isabel, responsável pelo mesmo tipo de transporte no Rio de Janeiro, iniciado apenas dois anos mais cedo que o de São Luís. Em 1874 a Ferro-Carris da capital maranhense contava com uma linha que iniciava no Largo do Palácio e se estendia até o Cutim, transitando antes pela “[...] curva da rua da Estrela, pela Estação, por Remédios e pelo Lugar Francisco Abrantes” (SILVA, 1987, p. 268).

Em 1893, o sistema de transporte foi aprimorado pelo início da locomotiva à vapor. Nesta fase a cidade contava com linhas urbanas, que circulavam na parte central de São



Luís, e linhas suburbanas (figura 06), que conduziam até o interior da cidade, chegando ao bairro do Anil.

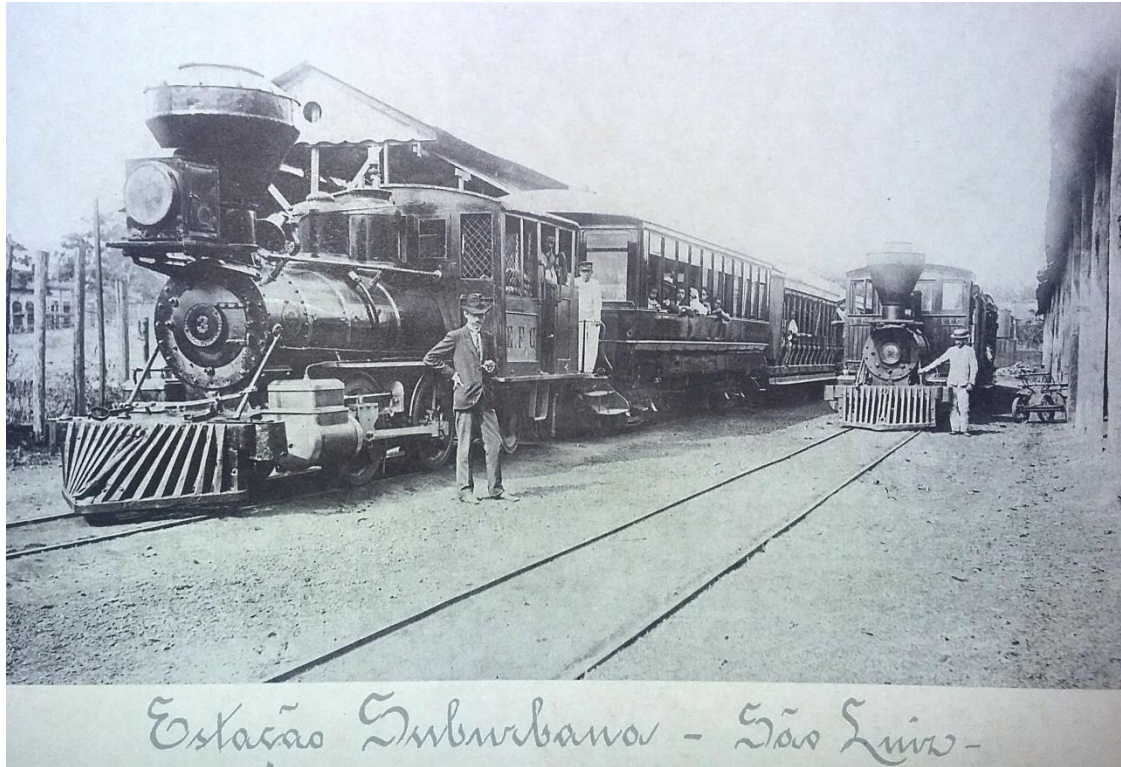


Figura 06: Estação Suburbana da Companhia Ferro Carris – 1908  
Fonte: Cunha (2008, p. 135)

O final do século XIX, marcado pelos avanços no sistema de transporte público, trouxe um novo momento para economia da cidade, assinalado pelo crescimento da indústria têxtil. Nesse período foram instaladas fábricas de fiação e tecidos na capital, das quais se tem: Companhia de Fiação de Tecidos Cânhamo em 1891 (figura 07 na próxima página), Companhia Fabril Maranhense em 1892, Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís em 1894 funcionando na Cânhamo, Companhia Progresso Maranhense e Lanifícios Maranhenses. São Luís experimentava, então, uma fase de alta da economia, que proporcionou uma grande oferta de empregos à sua população, possibilitando, também, o crescimento do comércio.

Pode-se dizer que esse surto de crescimento da indústria maranhense foi estimulado por uma política tarifária de proteção às indústrias nacionais em execução no país desde o fim da monarquia. Dentre as ações dessa política estava o aumento das alíquotas de impostos alfandegários sobre a importação de alguns produtos (ITAPARY, 1995). O Maranhão, por sua vez, aumentou consideravelmente seu número de indústrias, com predominância do setor têxtil, que atuou no beneficiamento da larga produção de algodão,

então existente no estado até o final do século XIX. Em 1894, o Maranhão contava com um total de 12 empresas têxteis, sendo 10 em São Luís e 2 em Caxias.



Figura 07: Fábrica Cãmamo em São Luís – 1908.  
Fonte: Cunha (2008, p. 128)

O período que antecedeu o crescimento da indústria maranhense foi marcado pela desvalorização da fazenda agrícola no estado. Os estudos de Itapary (1995) mostram que, em 1888, essa desvalorização chega a 90%. Destarte, observa-se que a transição da monarquia para república no Maranhão coincide com a transição de uma economia agrícola, sustentada pelos grandes engenhos de açúcar do interior do estado, para uma economia de base industrial fortalecida pelo setor têxtil concentrado na capital. No entanto, a indústria têxtil maranhense passou por períodos de crise ao longo de sua existência, até que, ao final da década de 1950, inicia-se seu processo de falência, sendo a fábrica Camboa uma das primeiras a fechar as portas em 1959.

Nessa segunda metade do século XX, até a década de 70, o Centro Histórico de São Luís esteve ameaçado de arruinamento, como consequência da profunda recessão econômica que sobreveio à cidade. Com o declínio da economia industrial, o setor comercial também foi afetado, com isso, muitos dos estabelecimentos comerciais que existiam na Praia Grande fecharam suas portas, fato que levou à diminuição de movimento no local.

Esse contexto histórico, que apresentou os períodos áureos da economia local, foi responsável pela formação do patrimônio cultural edificado na cidade de São Luís, patrimônio este que, dada sua enorme importância, é alvo de preservação nas três esferas de governo. Mas, os períodos de recessão econômica, apesar de seus pontos negativos, também contribuíram com a preservação do patrimônio cultural edificado, pois a falta de recursos econômicos impediu a destruição e/ou modificação do acervo patrimonial, incentivados por aqueles que almejavam o “progresso”.



## 4 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nessa seção apresentar-se-á, inicialmente, ainda que de forma sucinta, o conceito de “arquivo” postulado por Foucault (2008), relacionando-o com o *corpus* a ser trabalhado nesta pesquisa, o qual envolve a preservação do patrimônio cultural em São Luís. Em continuação, abordar-se-á a preservação do conjunto arquitetônico da cidade, o qual engloba a área do centro histórico da capital e, então, prosseguir-se-á à apresentação do arquivo formado pelas políticas públicas para o espaço da Praia Grande.

Posteriormente, discutir-se-á a respeito dos Estudos Culturais e sua relação com os debates sobre identidade e, ainda, sua transversalidade com a Análise do Discurso, os quais darão subsídios para identificar as identidades que incidem sobre a Praia Grande, a partir dos discursos relacionados à preservação da cidade.

### 4.1 A formação de um arquivo sobre a preservação

A palavra arquivo, normalmente, se remete a um conjunto de textos, documentos sobre determinado assunto ou acontecimento. Mas, quando se refere à AD, deve-se sair dessa definição um tanto quanto simplista para compreender que se trata de algo bem mais abrangente.

Para isso, recorre-se a Foucault (2008) que em sua obra “Arqueologia do saber”, apresenta um conceito mais complexo do termo em questão. O autor, inicialmente, expõe o que ele entende não ser arquivo. Ele afirma que o termo não pode ser confundido com o acúmulo de textos de determinado povo, a exemplo dos documentos que fazem parte de sua história, “[...] ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição” (FOUCAULT, 2008, p. 146). Desde então, pode-se depreender que o entendimento do autor a respeito do tema vai de encontro às bases do senso comum, indo a um conceito mais filosófico.

Para Foucault, o conceito de arquivo está relacionado ao surgimento dos enunciados, podendo ser entendido, inicialmente, como a “[...] lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008, p. 147). Relaciona-se, ainda, com os motivos pelos quais esses enunciados se agrupam, se mantêm, se dissipam e se distinguem.

Ou seja, a composição do arquivo não se dá de forma indefinida nem linear, mas sim, por relações diversas e em figuras dessemelhantes; os enunciados se mantêm e se dissipam de acordo com regularidades específicas. Foucault não tem a pretensão de estabelecer um conceito fechado de arquivo, mas sim, de incitar a discussão e apresentar suas reflexões sobre o tema. Dentre suas reflexões, destaca-se uma que acredita-se resumir seu pensamento a respeito do termo, a saber: arquivo “[...] *é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*” (FOUCAULT, 2008, p. 148, grifo do autor).

Ainda, segundo Foucault (2008), o que regula a formação e transformação dos enunciados é a prática discursiva. No caso específico do estudo em questão, a prática que regula a formação de tal arquivo se constituiu por meio do discurso da preservação do patrimônio cultural, o que possibilitou o surgimento de enunciados que se formam e se transformam em benefício da salvaguarda do legado cultural deixado pelas gerações passadas, a fim de garantir o direito das próximas gerações de usufruírem desse importante patrimônio. Tais enunciados estão materializados em diversas formas, uma delas são documentos elaborados pelo poder público, em alguns casos com a participação da sociedade organizada, e representam avanços no que diz respeito à garantia dos direitos dos cidadãos.

O modo de ver a constituição do arquivo sobre o exercício da cidadania pelo homem nos leva a perceber a implicação desta com o gozo de direitos, bem como o cumprimento de deveres. No âmbito cultural esses direitos e deveres estão, também, relacionados ao Patrimônio Cultural, o qual é assegurado tanto em nível mundial, quanto nacional. O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1998, órgão vinculado à UNESCO, declara que todo ser humano tem o direito de ter o testemunho autêntico do patrimônio cultural respeitado como uma expressão de sua identidade cultural. O acesso a esse direito torna-se possível por meio da preservação dos bens que fazem referência à memória e identidade cultural do grupo, tarefa que é de responsabilidade dos indivíduos, dos grupos e das instituições que os governam.

No Brasil, o gozo dos direitos culturais também é previsto pela Constituição Federal (CF) de 1988 que, em seu artigo 215, determina que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e nesse mesmo artigo (§ 3º - inciso I), prevê a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Em seu artigo 216, a CF/88 define o patrimônio cultural sendo constituído pelos “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, s/p).

Mas, no Brasil, o patrimônio cultural nem sempre teve esta conotação mais abrangente, pois foram primeiramente reconhecidos como patrimônio os bens materiais que apresentavam relação com fatos memoráveis à história da nação, sendo deixados de lado os bens imateriais e sem fazer menção à memória de todos os grupos étnicos que compõem a população brasileira.

Atualmente, pode-se perceber, no discurso do poder público, maior preocupação em valorizar e preservar o patrimônio cultural em seus aspectos diversos, e, ainda, em consolidar uma identidade nacional não só baseada em bens materiais, mas, também, imateriais, os quais compõem a memória coletiva e a identidade cultural do povo brasileiro.

Além de contribuir para a preservação da memória coletiva e construção da identidade cultural, o patrimônio também serve de atrativo para aqueles que buscam conhecer novas culturas, ou até mesmo se aprofundar na sua. Destarte, tem-se no turismo um importante aliado e, ao mesmo tempo, uma ameaça. Aliado porque a atividade turística incentiva e até proporciona subsídios à preservação, e ameaça porque essa mesma atividade – dependendo da forma como é exercida e das condições do bem patrimonial – pode degradar o patrimônio por meio de sua utilização incorreta e excessiva.

O patrimônio cultural carrega consigo as experiências de um povo, sejam elas vividas de forma individual ou coletiva, as quais permitem às pessoas a ideia de compartilhamento de um mesmo território e de uma mesma cultura (RODRIGUES, 2014).

Mas, para cumprir com sua função, o patrimônio deve ter suas características e sentidos preservados, do contrário, poderá cair no esquecimento juntamente com os significados nele impressos, chegando ao ponto de deixarem de existir. Para que essa extinção do patrimônio não ocorra, faz-se importante que não somente o poder público, mas, também, a população trabalhe em favor da preservação. E, para que a participação popular aconteça é necessário, entre outros fatores, que exista um sentimento de pertencimento para com o patrimônio, e ainda que a sociedade seja sensibilizada e conscientizada no que tange à importância da preservação, do significado e valor do patrimônio.

No que diz respeito à preservação do patrimônio cultural, percebe-se uma regularidade discursiva, isto é, a formação de um arquivo, que se constitui pela necessidade e preocupação de se resguardar a memória coletiva e a identidade cultural de um povo. Essa regularidade pode ser observada nas vozes dos órgãos citados acima, os quais possuem legitimidade e são incumbidos de deliberar sobre, além de exercer a preservação do legado patrimonial em níveis mundial e federal.

Em São Luís, o processo de salvaguarda e manutenção do patrimônio cultural é de responsabilidade do poder público em suas três esferas (municipal, estadual e federal). O conjunto de instrumentos oficiais composto por leis, decretos, programas e projetos dessas três esferas constituem os elementos principais formadores do arquivo sobre a preservação do patrimônio cultural da cidade, como será visto adiante.

O estado de abandono em que o patrimônio arquitetônico da cidade se encontrava até meados da década de 1960, despertou a atenção da UNESCO que, com a mediação do SPHAN – hoje IPHAN – enviou técnicos para avaliar a situação do conjunto de bens patrimoniais existentes.

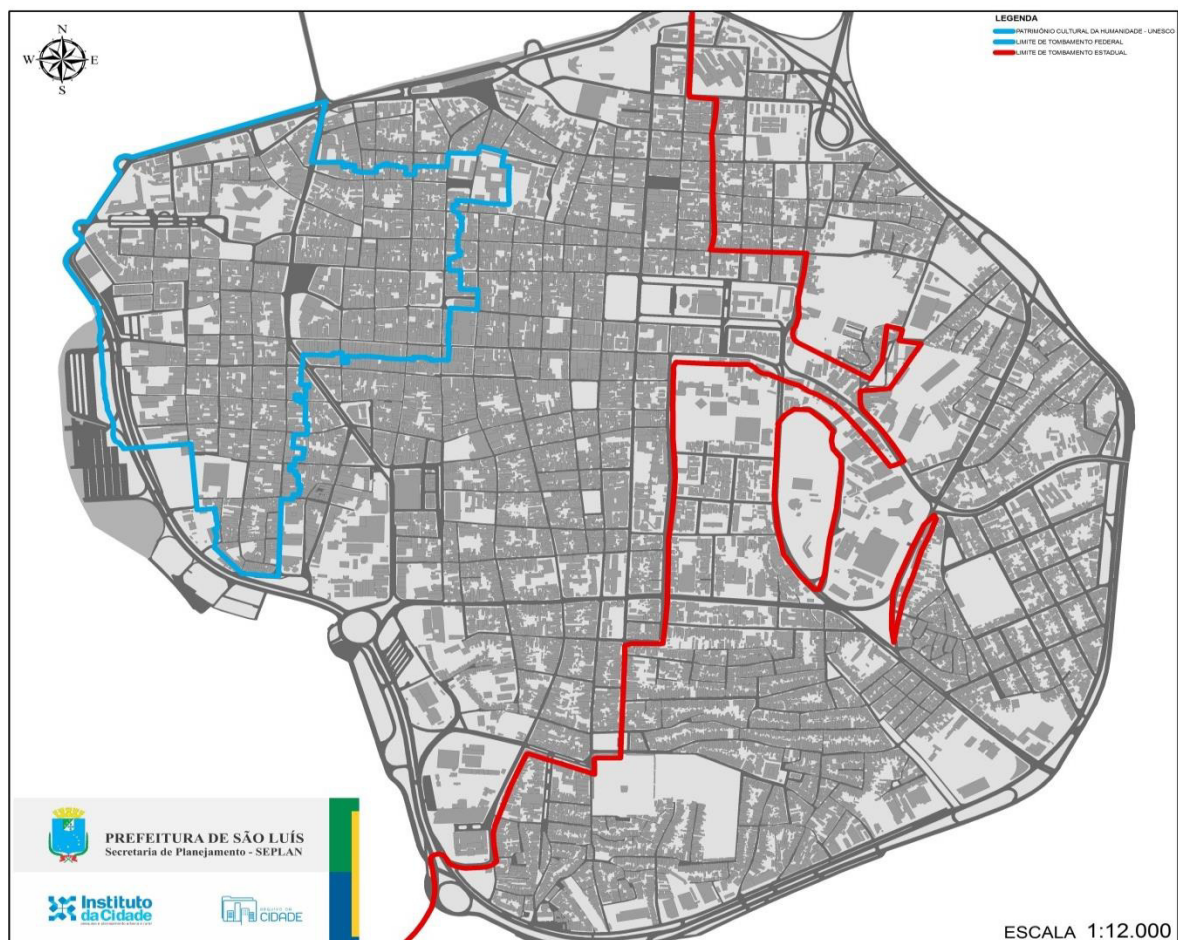
À primeira visita, a capital maranhense foi do arquiteto francês Michel Parent, em 1966, que após vistoriar o acervo emitiu relatório com parecer e propostas de melhorias para a localidade; seis anos mais tarde, São Luís receberia a visita do arquiteto português Viana de Lima enviado pela mesma entidade (CUTRIM, 2011). As propostas dos dois consultores foram recebidas pelo poder público local, porém, não foram postas em prática logo de imediato; somente depois de alguns anos foram revistos e executados alguns itens.

Em âmbito estadual registra-se, pelo Decreto Nº 5.069 de 11 de março de 1973, a criação do DPHAP, órgão encarregado de zelar e ordenar o patrimônio cultural do Estado. Das ações do IPHAN na capital, destaca-se – após a realização de alguns tombamentos de imóveis individuais – a inscrição, no livro de tombo de belas artes, do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís, em 1974, contemplando o acervo arquitetônico e paisagístico da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. Essa inscrição abrangeu uma área de 60 hectares e totalizou uma média de 900 edificações (PEREIRA, 1992).

Além das ações específicas para a salvaguarda do patrimônio, o poder público empreendeu obras de infraestrutura que contribuíram para minimizar o tráfego na área do centro histórico, essas ações práticas do governo podem ser consideradas práticas não discursivas que contribuem para a preservação do legado cultural. Uma delas foi o Anel Viário, que teve sua construção iniciada em 1972 pelo governo municipal e serviu como alternativa para a circulação de veículos na localidade. Dentre as realizações do poder público federal, deve-se citar, ainda, a instalação, em São Luís, da repartição da segunda diretoria regional do SPHAN, em 1980, com competência de atuação para os estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Apesar de estar responsável por três estados, a agência, sendo localizada na capital, pôde despender mais atenção ao conjunto arquitetônico existente em São Luís, o que contribuiu para sua preservação.

As ações de preservação do poder público municipal são mais tímidas e tardias. Somente em 1992, o centro da cidade é dividido em duas grandes zonas; essa divisão é prevista pelo Plano Diretor Urbanístico de São Luís, instituído pela Lei Municipal número 2.352 de 29 de dezembro de 1992. A primeira Zona de Preservação Histórica (ZPH) abrange as áreas já protegidas pelo estado e pela união, e a segunda ZPH compreende as áreas do entorno e, também, a preservação ambiental do Aterro do Bacanga e do Parque do Bom Menino (ANDRÈS, 1998). A esfera municipal não utiliza o tombamento, limita-se à instituição das zonas de preservação que permitem ampliar a área contemplada pelas esferas superiores e inclui a proteção ambiental de regiões que compõem a área do centro da cidade.

Em 1986 é o governo estadual que institui tombamento para o centro histórico da capital maranhense. Desta vez, a área protegida, adjunta à tombada pela esfera federal, é de 160 hectares, sendo regida pelo Decreto número 10.098 de seis de março de 1986 (PEREIRA, 1992). Pouco mais de uma década depois, em 1997, a área histórica de São Luís é incluída na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, ganhando, assim, mais uma esfera de proteção, conforme ilustra a figura 08.



**Ampliação da Legenda**

Limite em azul: Patrimônio Cultural da Humanidade; Tombamento Federal.

Limite em vermelho: Tombamento Estadual.

Figura 08: Zoneamento da área protegida no Centro Histórico de São Luís.  
Fonte: Prefeitura de São Luís, Secretaria de Planejamento, Instituto da Cidade.

Antes da proteção do estado para aquela área, esta mesma esfera governamental organiza um grande evento com o fito de discutir propostas – tendo como proposta norteadora a do arquiteto americano Jonh Ulrich Gisiger, elaborada entre 1977 e 1979 – para preservação e revitalização do acervo arquitetônico central de São Luís.

O evento foi denominado de Convenção Nacional da Praia Grande e aconteceu no ano de 1979, do qual se originou uma comissão de coordenação de projetos e um grupo de trabalho executivo, que seriam encarregados de elaborar um programa de ações que viessem a reestabelecer as características físicas e sociais do centro histórico da cidade. Tal acontecimento também figura no rol das práticas não discursivas.

De acordo com Andrés (2006), a comissão de coordenação era composta por representantes das três esferas governamentais, por meio das instituições participantes do processo, e ainda representantes da sociedade civil ativamente envolvidos na Convenção.

Entre estes, são citadas a Universidade Federal do Maranhão, as secretarias da administração pública estadual e municipal, além de entidades não governamentais e sindicatos atuantes na localidade, os quais tiveram a função de se reunir uma vez por semana para acompanhar, periodicamente, os planos e propostas apresentados, além de sua execução.

Passados dois anos da realização do evento, é apresentada, em 1981, a primeira versão daquele que foi chamado, inicialmente, de Projeto Praia Grande, porém, seu lançamento oficial só aconteceria no ano seguinte. A primeira etapa do projeto contemplou o Largo do Comércio, que teve suas obras iniciadas ainda em 1981, chamada de “Programa de Obras do Largo do Comércio”. Essa primeira etapa de atuação do programa incluiu a feira da Praia Grande, a Praça do Albergue e o Beco da Prensa (PEREIRA, 1992).

Essas ações foram o ponto de partida para uma série de intervenções realizadas pelo governo estadual, com o objetivo de restaurar e proteger o patrimônio cultural edificado no centro histórico de São Luís. As ações do Programa incluíram obras como restauração de galerias, sistemas de iluminação, abastecimento de água e esgoto e calçamento de ruas, como mostra a figura 09 (na próxima página), na página seguinte.

O projeto, mais tarde denominado de PPRCHSL, foi estruturado em 11 subprogramas para facilitar sua implantação. Os subprogramas contemplavam os aspectos



infraestruturais, sociais, culturais e econômicos da área do centro histórico, e foram divididos da seguinte forma: Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís; Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; Subprograma de Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos; Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico; Subprograma de Incentivo às Atividades do Turismo; Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias; Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial; Subprograma de Gerenciamento, Planejamento e Administração; Subprograma de Pesquisa e Documentação; e Subprograma de Editoração e Divulgação.



Figura 09: Restauração do calçamento de rua no centro histórico de São Luís.  
Fonte: Cafeteira (1993, p. 34).

Nesse caminho percorrido pelos órgãos oficiais de proteção do patrimônio histórico, nota-se que o arquivo sobre a preservação cultural em São Luís foi se formando com base em ações de iniciativa de esferas maiores (mundial e federal) que, como observado, são preocupadas em preservar a memória e a identidade cultural de uma coletividade. Com esse mesmo propósito, ou seja, seguindo essa regularidade, as esferas municipal e estadual, também, desenvolveram suas ações, das quais se destaca aquela que é o principal instrumento desta pesquisa: o PPRCH. Esse Programa se constitui em um conjunto de políticas públicas

voltadas à reestruturação física e social do espaço, tendo como foco a área do centro histórico da cidade e ações que priorizam a área da Praia Grande.

Outro elemento que compõe a formação de um arquivo sobre a preservação do patrimônio cultural, que se deseja destacar, são as relações que se estabelecem entre discurso e produção de identidade. Essa discussão dará subsídios para a identificação das identidades que incidem sobre a Praia Grande a partir do PPRCH, que é um dos objetivos específicos desta pesquisa. Para tanto, levantam-se alguns apontamentos sobre Estudos Culturais e Identidades.

#### **4.2 Buscando auxílio nos Estudos Culturais em transversalidade com a AD**

As discussões – aqui apresentadas de forma não muito aprofundadas – a respeito dos Estudos Culturais e Identidades, terão o intuito de auxiliar no alcance de um dos objetivos de pesquisa, a saber: identificar quais identidades incidem sobre a Praia Grande em São Luís a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelas políticas públicas para este espaço. Considerando que as identidades são produções discursivas e estas, por sua vez, resultam em efeitos de sentido produzidos no interior dos discursos, ancoram-se as análises nas discussões propostas por Michel Pêcheux sobre os efeitos de sentido produzidos pelo e no discurso.

Por sua interdisciplinaridade, os estudos culturais circulam em um enorme leque de discursos, tais como o político, o econômico, o literário, o filosófico, o histórico, o cultural, e o linguístico, que possibilitam uma relação de transversalidade desses estudos com o campo teórico e prático da Análise do Discurso (AD). Os Estudos Culturais e a AD entendem que a identidade é formada por uma construção discursiva que se localiza em determinada conjuntura histórica (BARACUHY, 2010). Ou seja, são os discursos que constituem e dão sentido às identidades, que, por sua vez, podem mudar de acordo com o contexto histórico da época.

Os estudos culturais apresentam uma abordagem crítica da cultura, abordagem esta que surgiu a partir da década de 1960 na Inglaterra e foi, inicialmente, instituída pelo *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies*, que, a partir de então, coloca a cultura no campo de uma teoria produzida e reproduzida pela sociedade, “[...] especificando os modos como as formas culturais serviam para aumentar a dominação social ou para possibilitar a resistência e a luta contra a dominação” (KELLNER, 2001, p. 47-48).

Durante muito tempo, a palavra cultura remetia aos modos e costumes de uma elite hegemônica, que ditava o que era bom ou ruim no que se referia às artes, música, teatro,



gastronomia e outros; aqueles que possuíam ou usufruíam desse lado “bom” da vida eram considerados cultos e superiores aos demais. A abordagem dos estudos culturais busca desmistificar esse pensamento e prática, analisando tanto as formas sociais e culturais “hegemônicas” que dominam, quanto às “contra-hegemônicas” que resistem, segundo Kellner (2001), levando o indivíduo a refletir a respeito desse sistema de dominação predominante na sociedade.

De acordo com Santos (2006), a hierarquização da cultura levou à criação e distinção dos termos “alta cultura” e “baixa cultura”. Segundo a autora, para a alta cultura, atribuía-se os “[...] valores eruditos da classe dominante considerada como legítima, clássica e erudita. Com relação à baixa cultura, se atribuía os valores da falta, do popular, dos valores não compartilhados, sem status social e não legítima” (SANTOS, 2006, p. 14). Os estudos culturais não consideram essa distinção, mas buscam dissolver essa ideia de hierarquização cultural a partir da observação dos indivíduos em interação com seus pares, ou seja, seu modo de viver e de se relacionar em grupo.

Percebe-se, então, que a cultura está no centro das análises dos estudos culturais. Contudo, ela comporta uma série de outros temas que também são alvo desses estudos, como representações, as questões étnicas, de gênero e sexualidade, subjetividade e mídia, as identidades, a política das identidades e as diferenças (SANTOS, 2006). Nesta pesquisa, serão destacadas as questões referentes às identidades, as quais se propõe identificar aquelas que incidem sobre a Praia Grande em São Luís, a partir das políticas públicas destinadas para o espaço em questão.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall, no livro “A identidade Cultural na pós-modernidade”, observa que as questões relacionadas à identidade vêm sendo muito discutidas, principalmente, no campo da teoria social. O autor afirma que a explicação para este maior interesse pelo tema reside no fato de que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado” (HALL, 2011, p. 07). Para ele, essa fragmentação representa uma “crise de identidade” que, por sua vez, é integrante de um processo de mudança maior, que provoca o deslocamento das “[...] estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2011, p. 07).

O autor supracitado atribui àquilo que ele chama de deslocamento das identidades, sobretudo, as culturais, à globalização, a qual ele afirma ser um “[...] um complexo de processos e forças de mudanças” (HALL, 2011, p. 67). Dentre os vários efeitos advindos da

globalização, interessa destacar a tendência à homogeneização da cultura, facilitada pelo avanço nos meios de transporte e telecomunicações e, ainda, pela abertura econômica e política de muitos países. Esses avanços possibilitaram maior rapidez no deslocamento de pessoas e produtos, maior intercâmbio de informações, gerando um mercado comercial mais amplo, levando, também, à diminuição das barreiras culturais e das diferenças entre os povos.

A questão da diferença, constantemente tratada ao lado da identidade, é abordada por Kathryn Woodward em seu capítulo no livro “Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais” (uma coletânea escrita por três autores), em que a autora assevera que a diferença é um marcador da identidade. Ou seja, a afirmação de uma identidade depende da negação de outra, assim, alguém pode afirmar: “Sou brasileiro e não argentino”, o que faz com que a identidade seja também relacional e exista em função da existência de outra que ela não é (WOODWARD, 2000). Destarte, aquilo que o “outro” é torna-se elemento importante na afirmação da diferença e da identidade.

Woodward, assim como Hall, também analisa a questão da “crise de identidade” e sua relação com a globalização. A autora declara que a globalização diz respeito à:

Uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e de consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas. Essas novas identidades, caricaturalmente simbolizadas, às vezes, pelos jovens que comem hambúrgueres do McDonald’s e que andam pela rua de Walkman, formam um grupo de “consumidores globais” que podem ser encontrados em qualquer lugar do mundo e que mal se distinguem entre si (WOODWARD, 2000, p. 20).

Nessa perspectiva, a globalização promove uma tendência à exaltação de uma cultura global em detrimento das culturas locais, onde as identidades são valoradas com base naquele tipo de cultura. Por outro lado, observa-se que existem movimentos de recusa a essa cultura global, os quais buscam a valorização das culturas e identidades regionais. Em comparação, tem-se uma “queda de braços”, onde as identidades locais encontram-se em expressa desvantagem na luta por reafirmar suas diferenças frente às identidades globais.

Para Woodward (2000), o que reforça o argumento de que existe uma “crise de identidade” no mundo contemporâneo é o fato de que a luta política – que antes era atribuída às ideologias conflitantes – hoje, caracteriza-se, provavelmente, pela competição e pelo conflito entre as diferentes identidades.

Em seu capítulo no mesmo livro “Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais”, Tomaz Tadeu da Silva questiona a falta de uma teoria sobre a identidade e a diferença, mesmo em meio a tantas discussões a respeito do tema. Na concepção do autor,

esses termos são considerados em uma relação de estreita dependência, de forma inseparável, mas, se for para estabelecer uma ordem de aparição, a diferença vem primeiro porque só se precisa afirmar a identidade porque existem as diferenças. Ou seja, só se afirma que é brasileiro porque existem pessoas que são colombianas, francesas, chinesas, etc. (SILVA, 2000).

Tanto Woodward quanto Silva sustentam que a identidade, assim como a diferença, é produzida no contexto social e cultural. Sendo mais enfático, Silva (2000) afirma que, além de elas (identidade e diferença) serem resultado de um processo simbólico são, também, resultado de uma produção discursiva, resultado da criação da linguagem, não existindo na essência humana como um elemento, mas são produzidas ativamente por meio de discursos. Essa afirmação do autor expressa o ponto de convergência entre os Estudos Culturais e a Análise do discurso: o fato de ambos entenderem a identidade como o resultado de uma produção discursiva.

Na terceira parte do livro citado, escrita por Stuart Hall, o autor busca auxílio nas abordagens da psicanálise para desenvolver, não um conceito de identidade, mas sim, o de identificação, em que o autor faz essa escolha a fim de dar ênfase ao processo de subjetivação e não às práticas discursivas. Nesse sentido, Hall (2000, p. 106) afirma que:

A abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre em ‘processo’. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode ser sempre sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustenta-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência.

Nessa concepção, a identificação não surge de forma natural e repentina, mas, como algo construído constantemente, assim como não surge de repente, ela também não desaparece, pode transformar-se, mas não extinguir-se por completo. Da mesma forma que a identificação não pode ser totalmente extinta, a diferença também não desaparece em função da presença da identificação, ou seja, o fato de ser brasileiro não anula a existência dos argentinos.

No entender de Hall, as identidades estão em constante processo de transformação e mudança, não são unificadas, mas fragmentadas e fraturadas. Para ele, as identidades não são singulares, “[...] mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (HALL, 2000, p. 108). O autor rompe com qualquer

pensamento de que possa haver um caráter imutável nas identidades, reafirmando a ideia de que elas são produzidas e transformadas no decorrer do discurso.

Observa-se, entre os autores aqui relacionados para este tema, a existência de alguns pontos comuns em suas abordagens da identidade e diferença, dos quais se destacam dois. Um desses pontos diz respeito aos textos de Woodward (2000) e Silva (2000), que apontam para a existência de um processo de inclusão e exclusão na afirmação da identidade e marcação da diferença. Algo que fica claro se pensar no exemplo que se explorou ao logo desta seção: se é brasileiro (inclusão), logo, não é argentino (exclusão).

Outro ponto comum, agora nas abordagens dos três autores (Woodward, Silva e Hall), que concordam com o fato de que a identidade e a diferença são produzidas em meio às relações de poder, inclusive poder de decidir a respeito da inclusão e exclusão. Esse poder, geralmente, é institucional e/ou foi “adquirido”, historicamente, por meio de dominação econômica, política e/ou cultural exercidas por grupos hegemônicos.

As relações de poder representam, do mesmo modo, um item muito importante para os estudos em AD. Assim, Matos (2010, p. 80) declara que, no enredo das “[...] práticas discursivas, o poder é um mecanismo que organiza as situações de visibilidade e de recepção dos discursos – nem todo discurso pode vir à tona, e essa emersão está condicionada a uma série de coerções e liberações, que são postas dinamicamente”. Pode-se exemplificar essa declaração com um dos acontecimentos recentes da política brasileira, ocasião em que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva era investigado pela operação “Lava Jato” e teve suas conversas grampeadas, inclusive uma com a então presidente afastada Dilma Rousseff. A divulgação dessa conversa específica foi alvo de muita polêmica, pois a então presidente era imbuída de poder, o qual poderia/deveria ter evitado a liberação dos diálogos com o ex-presidente, inclusive com afirmações de precedentes legais para tal.

Mas as influências que o poder exerce sobre o discurso vão muito além de questões como essas. As relações de poder operam sobre a determinação dos sujeitos que podem ou não emitir discursos a respeito de determinados temas e/ou em determinados âmbitos. Nesse contexto, tem-se que os sujeitos, que são imbuídos de poder para emitir e disseminar discursos, possuem maior poder de persuasão e influência, inclusive sobre a produção de identidades. A respeito do conceito de sujeito e sua relação com o de identidade na AD, Fernandes (2008, p. 32) assevera que devido ao caráter plural deste último ele contribui com a ratificação do primeiro. O autor comenta que:

Para esse campo disciplinar (AD), o sujeito é produzido no interior dos discursos e sua identidade é resultante das posições do sujeito nos discursos. O sujeito discursivo é heterogêneo, constitui-se pela relação que estabelece com o outro, pelas interações em diferentes lugares na sociedade, e, com o Outro, que se materializa na linguagem e mostra o sujeito em um lugar desconhecido para si (FERNANDES, 2008, p. 32).

Essa afirmação corrobora com a ideia defendida pelos autores dos estudos culturais, de que a “[...] identidade é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2000, p. 09). Ou seja, para Silva (2000, p. 84), “[...] a diferença é parte ativa da formação da identidade”, assim como o sujeito se constitui a partir do outro, a identidade, igualmente, é moldada com base na afirmação da diferença: *eu sou aquilo que o outro não é*.

São essas noções de sujeito e identidade que orientam este estudo e que servirão de subsídios na busca por um dos objetivos de pesquisa, já especificado anteriormente. Importa aqui destacar que o presente trabalho estabelece diálogo com a AD de linha francesa, e que o aporte teórico está ancorado nos estudos do filósofo francês Michel Pêcheux e sua concepção de efeitos de sentido no discurso.

## 5 ESPAÇO, SENTIDO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADES

Esta seção objetiva verificar quais concepções de espaço são produzidas no PPRCH e quais efeitos de sentidos as produzem. Para tanto, são observados os pressupostos teóricos do filósofo Michel Pêcheux e seus debates sobre os efeitos de sentido no discurso, tendo como *corpus* o próprio PPRCH, que faz parte de um conjunto de políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio cultural da cidade.

Busca-se identificar, ainda, as identidades que incidem sobre a Praia Grande em São Luís, a partir dos efeitos de sentido produzidos pelo documento estudado. A busca por esses objetivos é orientada pelo seguinte questionamento: qual a relação das políticas públicas voltadas para a Praia Grande com a dinâmica do espaço e qual sua contribuição na construção de uma identidade para esse local?

Destarte, torna-se necessário apresentar, primeiramente, as concepções do teórico Michel Pêcheux sobre AD, tendo em vista que estas servirão de base para o estudo. Buscar-se-á, ainda, subsídio em Fernandes (2008) e Orlandi (2013) para melhor compreensão do pensamento deste teórico e dos postulados da AD.

Na obra “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux (1995, p. 160) defende a tese de que o sentido das palavras, das expressões e das proposições não reside nelas mesmas, nem na vinculação com sua literalidade, mas são determinados “[...] pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Em concordância com esse pensamento, Fernandes (2008) afirma que a produção dos sentidos é realizada a partir dos lugares que os sujeitos em interlocução ocupam. Portanto, o sentido não é adquirido com base na tomada dos significados de forma isolada, mas com base no contexto de formação do enunciado, levando em consideração, também, suas condições de produção.

Tem-se que observar que, o que se quer identificar – o estudo e a teoria da Análise do Discurso – não é o significado dos termos e expressões, mas sim o sentido, e este não é único nem imutável, mas, também, variante e influenciado por questões históricas e ideológicas, pois as “[...] transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos”, como afirma Fernandes (2008, p. 18), e as ideologias atravessam os sujeitos na elaboração de seus enunciados.

Em concordância com Pêcheux e Fernandes, Orlandi (2013, p. 44) declara que “[...] os sentidos não estão assim determinados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas”. A respeito dessas relações, Pêcheux

compreende que as palavras, expressões e preposições têm seu sentido constituído no interior de cada formação discursiva, ou seja, nas relações que elas mantêm umas com as outras, dentro de uma mesma formação discursiva. O autor Pêcheux (1995, p. 160, grifo do autor) chama de formação discursiva “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”, sendo o lugar onde o sentido é construído. Desse modo, a formação discursiva pode ser entendida como o mecanismo que controla e organiza o surgimento dos discursos.

Para Fernandes (2008), a formação discursiva está relacionada àquilo que se pode dizer somente em época determinada e espaço social específico, àquilo que possui lugar e realização por meio de condições de produção características, definidas de forma histórica. O autor salienta que a formação discursiva diz respeito à “[...] possibilidade de explicitar como cada enunciado tem seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica” (FERNANDES, 2008, p. 48-49).

Ao lado do conceito de formação discursiva, Pêcheux (1995, p. 161) apresenta uma designação para a expressão processo discursivo, que ele entende como “[...] o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”. Esse processo, juntamente com o de formação discursiva, permite a criação dos diversos sentidos que um discurso pode apresentar, bem como a diferenciação de sentidos de uma mesma palavra, expressão ou proposição.

Segundo Pêcheux, outro fator que influencia diretamente na constituição dos sentidos é a ideologia, que, por meio do “hábito” e do “uso” designa “o que é” e “o que deve ser”, mesmo que isso, às vezes, aconteça “[...] por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

O autor continua a defesa de sua posição a respeito do assunto afirmando que:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor).

Dessa forma, a ideologia pode, então, atribuir diferentes sentidos a uma mesma palavra e, ainda, usar diferentes palavras para expressar um mesmo sentido. Para ilustrar essa colocação, recorre-se ao exemplo apresentado por Fernandes (2008) para esclarecer a respeito da influência da ideologia na constituição dos sentidos. O autor observou o uso dos termos “ocupação” e “invasão” em reportagens de revistas e jornais em circulação, quando essas se referem aos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra.

Ao tratar do termo “ocupação”, Fernandes (2008, p. 13) destacou que “[...] é empregado pelos próprios Sem-Terra, e por aqueles que os apoiam e os defendem, para designar a utilização de algo obsoleto, até então não utilizado, no caso, a terra”. Em continuidade, ele coloca que o uso do termo invasão, trata da mesma ação e “[...] é empregado por aqueles que se opõem aos Sem-Terra, contestam-nos, e designa um ato ilegal, considera os sujeitos em questão como criminosos, invasores” (FERNANDES, 2008, p. 13). Conclui-se, então, que os sujeitos ao pronunciarem seus discursos são sempre afetados por suas ideologias, não podem se dissociarem delas, e estas exercem influências diretas na constituição dos sentidos nos discursos.

Nesse contexto, entende-se que os sentidos são condicionados, relativos e influenciados por fatores que vão além da materialidade de seus significantes, ou seja, que vão além da linguagem ou do termo utilizado para defini-los; eles são produzidos por meio de processos ideológicos, históricos, sociais e, também, linguísticos.

Outro fator que influencia a constituição dos sentidos no discurso é o interdiscurso, o qual é muitas vezes tomado como sinônimo de memória discursiva. Para Orlandi (2013), o interdiscurso é composto pelo conjunto de formulações realizadas anteriormente e já esquecidas, que vêm determinar aquilo que se diz. A autora comenta, ainda:

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apegue na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (ORLANDI, 2013, p. 33-34).

Dessa forma, tem-se que o interior de toda formação discursiva é composto por discursos diversos, ou seja, apresenta uma interdiscursividade que, para Fernandes (2008), se caracteriza pelo entrecruzamento de discursos diversos, advindos de momentos históricos diferentes e de lugares sociais distintos. Assim, pode-se entender o interdiscurso como a junção de vários discursos promovendo a construção de um “novo” discurso.



Com base no pensamento de Michel Pêcheux e nesses entendimentos de constituição de sentidos, formação e processo discursivo e ideologias, desenvolve-se, a seguir, um estudo a respeito das concepções de espaço e dos sentidos produzidos pelo PPRCH e, ainda, a criação de identidades sobre a Praia Grande a partir desses sentidos.

### **5.1 Concepções de espaço e produção de sentidos no PPRCH**

Com o objetivo de restaurar as estruturas físicas, sociais, culturais e econômicas do centro histórico da capital, que se encontravam afetadas, o governo do estado iniciou, em 1981, o PPRCH. O Programa foi desenvolvido em seis etapas e se estendeu até o ano de 2006. As etapas se referiam às diferentes gestões que passaram pelo governo estadual no decorrer dos 25 anos de andamento da política em questão, sendo o PPRCH iniciado na gestão do governador João Castelo.

Chamado inicialmente de Projeto Praia Grande – por esta ser a área escolhida para receber as primeiras obras do Programa – e, posteriormente, de Projeto Reviver, o PPRCH se constitui no principal instrumento de políticas públicas para o espaço, políticas estas voltadas para o centro histórico da capital, e responsável pelo processo de revitalização que levou São Luís a receber da UNESCO o título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

As ações do PPRCH tiveram início na Praia Grande, que foi tomada como área piloto. Isto porque a área apresentava a mais grave situação de degradação, por concentrar os mais imponentes conjuntos de arquitetura urbana, e pela necessidade de se enfrentar o problema de forma progressiva. A reforma foi feita em sucessivas etapas, diante da impossibilidade de tratamento imediato da totalidade do Centro Histórico, devido à sua amplitude – trata-se de um espaço de 250 hectares e 5.500 edificações – e devido à falta de recursos suficientes para contemplar toda a área (PEREIRA, 1992).

O Programa teve suas diretrizes básicas traçadas na Convenção Nacional da Praia Grande – evento promovido pelo governo do estado para discutir propostas para revitalização do centro histórico, figura como uma das práticas não discursivas no contexto da preservação do patrimônio cultural em São Luís – que aconteceu no ano de 1979 e contou com a participação de diversos órgãos e entidades parceiras, a saber: A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), a Fundação de Cultura (FUNC), a Companhia Elétrica do Maranhão<sup>5</sup> (CEMAR), Empresa de

---

<sup>5</sup> Atualmente a CEMAR é denominada de Companhia Energética do Maranhão.

Telecomunicações do Maranhão (TELMA)<sup>6</sup>, Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Prefeitura Municipal, IPHAN, Sociedade dos Amigos do Centro (CUTRIM, 2011).

Nesse primeiro encontro foi constituída a Comissão de Coordenação do Projeto e o Grupo de Trabalho, conforme (figura 04), os quais foram instituídos oficialmente por meio do Decreto nº. 7.345 de 16 de novembro de 1979 que, também, institucionalizou o Programa, tornando-o não só um compromisso de gestão, mas de Governo. A Comissão era formada por nove pessoas representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, dos quais: um representante do SPHAN, dois da UFMA, dois da SEPLAN, um da então Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas (SETOP), um da Secretaria Estadual de Cultura (SEC), um da MARATUR e um da prefeitura por intermédio da Secretaria Municipal de Urbanismo.

O Grupo de Trabalho, reunido na figura 10 (próxima página), coordenado pela Comissão, era responsável pelo desenvolvimento do Programa, o que significa que os sujeitos que compunham a equipe interdisciplinar eram provenientes de diferentes áreas, como: arquitetos, urbanistas, assistentes sociais e profissionais de apoio, como datilógrafos e secretários.

Para a elaboração do PPRCH, o grupo ouviu a sociedade representada por sindicatos como o do Comércio Varejista dos vendedores de São Luís e o dos Remadores e Contramestres, como colocado por Andrès (2006), que participavam das reuniões de discussão das propostas e expunham seus anseios e necessidades com relação ao espaço da Praia Grande.

Com isso, percebe-se a presença das vozes dos usuários daquele espaço na constituição do Programa, ainda em menor número em relação à voz das instituições públicas.

O caráter interdisciplinar do grupo de trabalho que elaborou o PPRCH e a participação popular existente nessa elaboração, promovem discursos diversos e vários efeitos de sentido, que podem ser percebidos ao longo de vários enunciados do Programa. Dentre esses enunciados, elegeram-se alguns para serem analisados com o propósito de alcançar os objetivos da pesquisa.

O primeiro texto que propôs-se analisar é o de Apresentação do Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências, que se consistiu em um dos desdobramentos do PPRCH e que tratava das primeiras obras a serem desenvolvidas pelo Programa. O documento foi lançado em 1980, antes mesmo do lançamento oficial do instrumento maior. A escolha primeira do texto se deve ao fato de este apresentar informações essenciais e

---

<sup>6</sup> Em 1998 a Companhia passou a ser designada TELEMAR e em 2007 passou a usar a marca OI.

imprescindíveis para o entendimento do instrumento de pesquisa, tais como: a justificativa para escolha da área a ser priorizada pelas ações do Projeto e a Estratégia de atuação do Governo.



Figura 10: Reunião do Grupo de trabalho durante a 1ª Convenção da Praia Grande.  
Fonte: Andrès (2006, p. 100).

**Texto 1:** Apresentação do Projeto por parte do Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande

O Projeto Praia Grande objetiva a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural.

Dadas a amplitude desta área e a inexistência de recursos para tratamento da mesma como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande propriamente dita (Largo do Comércio e suas adjacências), como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís; possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais; tem a Feira da Praia Grande; as repartições; os becos; e escadarias; as ruas de pé-de-moleque e as pedras de cantaria;

tipos fascinantes – o mascate, o ambulante, o “raspado”, o feirante, o vendedor de bilhetes, o engraxate, o carroceiro e seu jegue, e inúmeros outros. É uma rica história, digna de atenção e aprofundamento.

Para esta área definiu-se um programa de atuação em vários níveis, que permitirá, aos órgãos interessados e às autoridades estaduais e federais responsáveis, materializarem os interesses latentes na preservação do patrimônio e na promoção da cultura, efetivando os inúmeros compromissos e intenções anteriormente manifestados.

Para isso, este programa poderá ser desenvolvido concomitantemente pelos vários órgãos interessados, cabendo-lhes a aplicação de recursos financeiros e técnicos em etapas definidas.

Além disso, este programa será continuamente orientado pela Comissão de Coordenação do Projeto Praia Grande de maneira que todos os órgãos possam atuar de forma integrada e com objetivos comuns.

É nossa expectativa que ao lado da atuação das autoridades e técnicos, possamos contar com a participação ativa dos usuários, comerciantes e demais representantes da comunidade local. Para isso serão encorajadas as reuniões e debates junto ao pessoal da área para consulta e aprovação das medidas aqui propostas.

Finalizando, gostaríamos de acrescentar que reconhecemos a parcela de responsabilidade maior do Estado na condução deste processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís, não só naquilo que concerne à aplicação dos recursos suficientes para execução dos projetos e obras, mas principalmente na estratégia de intervenção que deve considerar, independente de qualquer conotação intelectual, administrativa ou técnica, os interesses legítimos da coletividade.

Fonte: Maranhão (1980, p. 3).

O texto se inicia com a exposição do objetivo principal do PPRCH e os campos de abrangência do Programa, ressaltando que a preservação do patrimônio não deve se limitar aos aspectos físico e estético, mas se estender ao social, econômico e cultural. Essa posição reflete uma formação discursiva de gestores públicos, que defende que tal planejamento deve levar em conta o ambiente e o contexto no qual está inserido o bem a ser preservado, o que mantém uma relação de interdiscurso com o conceito de patrimônio ambiental urbano. No caso do conjunto arquitetônico da Praia Grande, a situação afetava não apenas a estrutura dos casarões, mas, também, a economia, os espaços de convivência e os aspectos culturais do lugar.

Os campos de abrangência do Programa expressam, ainda, a multiplicidade de olhares dos sujeitos que participaram, de forma direta ou indireta, na elaboração do documento, tais como: arquitetos, assistentes sociais, urbanistas, representantes do órgão estadual de cultura e de sindicatos, entidades representativas da sociedade, defensores de ideologias diversas, o que marca as diferentes posições dos sujeitos. Como afirma Fernandes (2008, p. 26), esses olhares ocorrem porque “[...] o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos”. Neste caso, observa-se claramente a influência dos discursos preservacionista, econômico, urbanístico, social e cultural, enunciados a partir da inscrição ideológica de cada sujeito e que podem ser verificados logo no início do texto, no momento em que é anunciado o objetivo principal do PPRCH: “O Projeto Praia Grande objetiva a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural” (MARANHÃO, 1980, p. 3).

Em seguida, o texto aponta os motivos que levaram à escolha da Praia Grande para receber as primeiras ações do PPRCH. Dentre esses motivos, destaca-se aquele que afirma que a área em questão abrange, em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís:

Dadas a amplitude desta área e a inexistência de recursos para tratamento da mesma como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande propriamente dita (Largo do Comércio e suas adjacências), como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís; possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais (MARANHÃO, 1980, p. 3).

Ao descrever essas características, quando cita as atividades comerciais e portuárias mais especificamente, o documento gera efeitos de sentidos que apontam para a concepção de espaço econômico, aquele onde ocorrem as relações de consumo e de produção, relações comerciais de compra e venda de mercadorias, relações presentes desde a formação da Praia Grande e ainda existentes no referido espaço, sendo mantidas até hoje pelas mesmas atividades, com ressalva para a atividade portuária que, atualmente, se restringe ao fluxo de passageiros em decorrência da abertura de um porto exclusivo para cargas em outra área da cidade.

No momento em que o texto faz referência à atividade institucional, residencial, às ruas, becos e escadarias – “[...] possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais; tem a Feira da Praia Grande; as repartições; os becos; e escadarias; as ruas de pé-

de-moleque e as pedras de cantaria” – produz efeitos de sentidos que remetem ao espaço social, pois nesses espaços o homem se relaciona e interage com o próprio homem e, a um só tempo, com o espaço que, a partir de então, ganha significação e função sociais.

O PPRCH buscou, ao longo de todo seu processo, preservar e manter essa interação por meio das atividades citadas. No entanto, algumas delas não obtiveram o resultado desejado, a exemplo dos programas de habitação que não conseguiram manter por muito tempo todos os residentes daquela área. Outro exemplo que se pode citar é o das repartições públicas, que foram instaladas na Praia Grande com o propósito de promover maior fluxo de pessoas naquele espaço. Porém, o fluxo só ocorre nos dias úteis, deixando o espaço pouco movimentado nos feriados e finais de semana, quando nem os museus, que poderiam ser frequentados por visitantes, são abertos.

Ao citar os “tipos fascinantes” e “uma rica história”, o texto cria efeitos de sentido que aludem ao espaço cultural, pois aqueles constituem símbolos pertencentes à cultura local, figuras típicas do lugar, dos quais alguns ainda se encontram presentes até hoje e integram a paisagem cultural da área como, por exemplo, o feirante e o ambulante. Ao usar o adjetivo feminino “rica”, para se referir à história da Praia Grande, o enunciado atribui a ela significado e valor, os quais são percebidos mais facilmente dentro do contexto histórico cultural em que aquele espaço está inserido.

Esse contexto envolve o processo de formação da cidade, tendo em vista que a referida área foi uma das primeiras a surgir nesse processo, e abrange, ainda, os períodos de alta da economia que possibilitaram a construção do imponente conjunto arquitetônico, que se constitui patrimônio ambiental urbano e se torna alvo do processo de preservação em foco.

Em seu terceiro parágrafo, o enunciado expressa um discurso eminentemente institucional, que visa promover uma atuação integrada e compartilhada com as demais instituições participantes do Programa, refletindo, assim, um discurso de descentralização e compartilhamento de responsabilidades, por meio do qual buscarão alcançar o objetivo de preservar o patrimônio e promover a cultura local:

Para esta área definiu-se um programa de atuação em vários níveis, que permitirá, aos órgãos interessados e às autoridades estaduais e federais responsáveis, materializarem os interesses latentes na preservação do patrimônio e na promoção da cultura [...] (MARANHÃO, 1980, p. 3).

A gestão do PPRCH contou com a atuação predominante do governo do estado, por intermédio da SEPLAN, em parceria com o governo federal por meio do IPHAN. Contou,

ainda, com a colaboração de outras entidades e instituições que, como visto, fizeram parte da comissão de coordenação do projeto, demonstrando certa coerência com o discurso proposto.

Após ressaltar o papel do Estado na condução do Programa, o documento enfatiza a expectativa do grupo em poder contar com a presença da sociedade nos processos de discussão das propostas do PPRCH: “É nossa expectativa que ao lado da atuação das autoridades e técnicos, possamos contar com a participação ativa dos usuários, comerciantes e demais representantes da comunidade local”.

Esse incentivo à participação popular está inserido numa formação discursiva desenvolvida pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural, os quais defendem o envolvimento da comunidade local, tanto na elaboração de políticas, quanto nos processos de escolha e salvaguarda dos bens culturais. Havendo essa participação, torna-se mais fácil desenvolver o sentimento de pertencimento e apropriação desses bens, pois o envolvimento da comunidade a faz sentir-se parte integrante do processo e, assim, poderá aceitá-lo sem resistências e defendê-lo com maior empenho, o que aumenta as possibilidades de êxito do projeto.

No último parágrafo, o texto destaca a maior responsabilidade do governo do estado no investimento de recursos e nas estratégias de intervenção do Programa.

Finalizando, gostaríamos de acrescentar que reconhecemos a parcela de responsabilidade maior do Estado na condução deste processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís, não só naquilo que concerne à aplicação dos recursos suficientes para execução dos projetos e obras, mas principalmente na estratégia de intervenção que deve considerar, independente de qualquer conotação intelectual, administrativa ou técnica, os interesses legítimos da coletividade (MARANHÃO, 1980, p. 3).

A colocação presente nesta parte do enunciado expressa, mais uma vez, um discurso eminentemente institucional, que reflete a posição de sujeito do grupo de trabalho responsável por esta enunciação, sendo os componentes desse grupo contratados pelo governo estadual e enunciando em favor deste. Ao final do período, o texto faz menção aos “interesses legítimos da coletividade”, buscando ressaltar que o Estado deve trabalhar em favor dos cidadãos e de seus interesses e necessidades, independentemente das estratégias que adote, refletindo, assim, o discurso das políticas públicas.

Nota-se que a primeira parte do enunciado, mais precisamente o segundo parágrafo, promove a valorização da Praia Grande por suas características peculiares, as quais justificaram a escolha da área para receber as ações iniciais do PPRCH. Nessas características

foram identificados os efeitos de sentido que produzem concepções de espaços econômico, social e cultural.

A segunda parte do texto, do terceiro parágrafo em diante, expressa um discurso predominantemente institucional, preocupado em defender as estratégias de atuação adotadas pelo Programa e em destacar o pleno compromisso do governo do estado com o desenvolvimento e execução do projeto.

As estratégias de atuação adotadas pelo PPRCH foram orientadas por um conjunto de políticas que, por sua vez, nortearam a elaboração do Programa e que orientaram o desenvolvimento de suas ações. Essas políticas procuraram abranger os diversos aspectos da dinâmica existente na Praia Grande, entre eles: o aspecto econômico, social e cultural. Dada a importância dessa conjuntura, analisa-se o texto 2 que apresenta o conjunto de políticas que orientaram as ações do Projeto Praia Grande.

**Texto 2:** Políticas que Orientaram as Atividades do PPRCH

1---Propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico, através de um processo de gestão comunitária das questões relativas à habitação, tomado como base das ações da administração pública no setor;

2---Intensificar as atividades de assistência e promoção social e consolidar as instituições existentes na área que se dedicam ao atendimento da pessoa e da família;

3---Incentivar as manifestações culturais e educacionais, mediante o estabelecimento de centros comunitários, de treinamento e de criatividade artística e o fortalecimento das instituições públicas e privadas existentes na área, dedicadas à ação e à difusão cultural, bem como apoiar as manifestações culturais e artísticas de indivíduos ou grupos comunitários residentes no Centro Histórico;

4---Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-os à dinâmica cultural e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social;

5---Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais (hortifrutigranjeiros, pescado, e secos e molhados) e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural;

6---Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos – água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária de forma a beneficiar a população residente e os usuários, propiciando



uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico;

7---Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando a revitalização das funções econômicas culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga;

8---Contribuir para a evolução do associativismo e para a consolidação das entidades de classe e demais associações existentes, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico;

9---Garantir no âmbito da Comissão de Coordenação do Projeto Praia Grande, um processo permanente de reavaliação e crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, de forma a assegurar que todas as intervenções propostas sejam estabelecidas a partir das contribuições e reivindicações definidas por cada entidade participante pelos representantes da comunidade;

10---Assegurar o compromisso político da administração pública quanto a inclusão dos temas relativos à restauração e conservação dos bens culturais e dos concomitantes trabalhos de promoção social das comunidades, nos planos de governo federal, estadual e municipal, de forma a garantir o estabelecimento de uma filosofia governamental que se materialize através de programas de trabalho, em dotações orçamentárias e na alocação de recursos humanos e financeiro compatíveis com a natureza e o volume das atividades e serviços que se fazem imprescindíveis à preservação do patrimônio e da memória cultural maranhense.

Fonte: Maranhão (1980, p. 19-20, grifo do autor).

O texto de apresentação da primeira política, ao tratar das questões referentes à habitação – “Propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico” – gera efeitos de sentido que remetem à identificação do espaço social e, também, ao conceito de lugar expresso por Tuan (2013), quando afirma que os lugares são centros aos quais atribui-se valor e onde se pode satisfazer as necessidades biológicas de alimentação, água, descanso e reprodução, ou seja, que exigem maior permanência do indivíduo. Nesse entendimento, estão incluídos espaços como a residência, o lar enquanto espaço constituído por relações sociais íntimas.

A segunda política também expressa o sentido de espaço social à medida que busca a intensificação das ações de assistência e promoção social, por meio do fortalecimento das entidades que promovem o atendimento da pessoa e da família. Uma das ações oriundas dessa política foi a obra de restauração do Albergue do Voluntariado de Obras Sociais (VOS),

realizada ainda na primeira etapa do PPRCH. Essa instituição pertencia à então Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, e destinava-se ao acolhimento e orientação de pessoas que chegavam à capital em busca de emprego, mas não tinham onde ficar. Em outra etapa do Programa, em 2001, o espaço foi transformado em apartamentos para moradia, atendendo aos objetivos do subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico (ANDRÈS, 2006). Nota-se, ainda, pelo teor do discurso dessa primeira política, a predominância das vozes dos sujeitos que enunciam a partir da posição de assistentes sociais, os quais compuseram o grupo de trabalho que participou na elaboração do documento.

A terceira política, que trata do incentivo às manifestações culturais e educacionais, produz efeitos de sentido que se referem ao olhar do sujeito administrador para o espaço cultural, o qual está relacionado ao modo como o homem interage com o ambiente e com os significados por ele impressos nessas interações. Essa política teve como uma de suas principais obras o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, que foi instalado em um conjunto de antigos galpões comerciais utilizados nas atividades do antigo Porto da Praia Grande. No local foi implantado um centro de ensino e complexo cultural composto por teatro, cinema, biblioteca, salas para aulas de dança, oficinas, exposições de artes plásticas, laboratório fotográfico, restaurante, sanitários e setor de administração (ANDRÈS, 2006). O Centro continua em funcionamento, oferecendo atividades de apreciação e desenvolvimento de habilidades criativas e movimentando a vida social e cultural da Praia Grande.

Ao apresentar a quarta política – “Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico” –, o texto faz referência ao conceito de patrimônio ambiental urbano que se constitui não somente pelo conjunto arquitetônico legalmente protegido, mas, também, pelas relações deste com as pessoas dentro de um processo social contínuo. Por sua relação interativa com o homem, esse processo social pode ser afetado negativamente em decorrência das condições estruturais do ambiente, as quais devem apresentar adequado estado de conservação para que o espaço seja devidamente apropriado pela sociedade em suas atividades econômicas, culturais e sociais. Nessa política se sobressaem as vozes dos sujeitos que ocupam o lugar de arquitetos e urbanistas, sendo atravessados pelo discurso dos campos econômico e cultural.

No momento em que o PPRCH visa “promover a revitalização econômica do comércio varejista”, do artesanato e das atividades referentes ao turismo cultural, ele está fazendo alusão ao espaço econômico. Com essa política, o Programa busca ainda um resgate às atividades tradicionalmente exercidas naquele espaço desde a época de sua formação – com exceção do turismo que foi estimulado, tendo em vista o recente despertar para esta atividade

–, e que estavam sendo ameaçadas pelo estado crítico em que o ambiente se encontrava. Com as ações do Programa, essas atividades foram mantidas e contribuem para que a Praia Grande seja percebida como um espaço de tradições e preservação da cultura em suas formas múltiplas e diversas.

Ao expor a sexta política – “Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos” –, o enunciado evoca o espaço social e também expressa nuances do conceito de paisagem que, Santos (2014) entende como sendo um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos, ou seja, um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais que surgem das relações do homem com o ambiente.

Ao longo de suas ações, o PPRCH demonstra preocupação em transformar a paisagem do centro histórico de São Luís de forma que esta se torne agradável e seja passível de apreciação, não somente por seus moradores, mas de igual modo por visitantes, constituindo-se em atratividade turística por suas características singulares e seu então desejado estado de preservação. Assim, observa-se que, não só nessa política, mas ao longo do programa, há um atravessamento com o discurso do planejamento turístico, que defende a adequação da infraestrutura urbana, não somente para o turista, mas, primeiramente, para a comunidade local.

Mais uma vez, ao indicar a sétima política – “Dinamizar as atividades portuárias tradicionais” –, o documento faz referência ao espaço econômico e ainda ao cultural, pois ressalta que as atividades portuárias e as que dela derivam, se constituem em práticas tradicionais e representativas do centro histórico da cidade. Essa política considera o fato de que São Luís, por estar localizada em uma ilha, teve sua origem no mar, ou melhor, a partir do porto instituído na Praia Grande, por onde entraram os franceses e, posteriormente, os portugueses, que lideraram a formação da capital maranhense. Daí em diante, toda a comunicação com o interior do país e com Portugal dependia do porto, bem como as atividades comerciais e de entrada e saída de pessoas na cidade e, ainda, a subsistência de famílias que até hoje vivem da pesca e, portanto, dependem do porto. Dessa forma, a atividade portuária é tida como tradicional e cultural, assim, sendo merecedora de especial atenção por parte do PPRCH.

O texto apresentado na oitava política – “Contribuir para a evolução do associativismo e para a consolidação das entidades de classe e demais associações existentes” –, revela a um interdiscurso com o posicionamento das instituições de preservação do patrimônio cultural, que incentivam a presença e participação das comunidades nos processos de elaboração e implantação das políticas de proteção e revitalização dos bens culturais. O

discurso dessas instituições aponta para a necessidade da população de se sentir inserida nas decisões que dizem respeito à sua história, sua cultura e seu patrimônio, sob o risco de não “abraçar” as questões das quais foi deixada à parte. Quando a sociedade participa de forma ativa da escolha dos bens e do seu processo de preservação e revitalização, ela investe maior esforço e dedicação para defender e executar aquilo que ela ajudou a elaborar.

A nona política, por meio da “garantia de um processo permanente de reavaliação crítica”, expressa preocupação com o alcance dos objetivos estabelecidos. O alcance dos objetivos depende diretamente da contínua avaliação do projeto, a qual irá indicar se o Programa está indo na direção correta ou se necessita de ajustes. Em todas as seis etapas do PPRCH – referentes às diversas gestões que assumiram o governo estadual ao longo dos vinte e cinco anos do Programa –, houve muitas ocasiões em que o Programa foi reavaliado. As avaliações e reavaliações eram realizadas por meio de reuniões técnicas, seminários, congressos, colóquios e fóruns de debates, em que participavam tanto especialistas da área, quanto a comunidade (ANDRÈS, 2006). As ações decorrentes dessa política podem ser colocadas como uma das grandes responsáveis pelo alcance dos objetivos do projeto.

Com igual peso e responsabilidade, a décima política – “Assegurar o compromisso político da administração pública” –, teve a função de garantir que as próximas gestões do poder público assumissem o compromisso de seguir buscando os objetivos do PPRCH, ou seja, de incluir a temática da preservação e revitalização do patrimônio cultural e, ainda, a promoção social em seus planos de governo.

A importância dessa política reside no fato de que é comum, mas não necessariamente correto, alguns gestores públicos, ao assumir uma nova gestão, abandonarem os projetos iniciados por gestores anteriores para colocar em prática os projetos elaborados em sua gestão. Algumas vezes essa prática é realizada sem nenhuma avaliação crítica e imparcial dos projetos anteriores, mas pelo simples motivo de que os projetos foram elaborados por gestões diferentes.

Assim, a décima política foi elaborada com o propósito de evitar que o PPRCH fosse interrompido antes de cumprir com sua finalidade, qual seja: a preservação e revitalização do centro histórico de São Luís. Essa política reflete a formação discursiva de quem ocupa o lugar de um gestor público comprometido com a continuidade das obras. Esse enunciado estabelece um interdiscurso com todos os demais enunciados presentes em políticas de preservação, cujo olhar está direcionado para a finalização da obra.

Nesse contexto, tomando como base a ordem em que as políticas orientadoras do PPRCH foram apresentadas, é levado a crer que o Programa estabeleceu, como uma de suas

prioridades, as intervenções de caráter social (políticas 1 e 2), as quais apontam para a dimensão do espaço social. Para que essas intervenções fossem pensadas e elaboradas de maneira a atender às necessidades da população, a Comissão de Coordenação do Projeto buscou estimular a participação da comunidade em todo o processo de elaboração do Programa. No entanto, alguns estudiosos do processo de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís, a exemplo de Cutrim (2011), afirmam que a presença da comunidade nesse processo não foi permanente, portanto, não satisfatória.

Ao longo da análise dos documentos e estudos sobre o PPRCH, observou-se que o momento de maior participação da comunidade nas ações do Programa foi durante sua primeira etapa, que compreende o surgimento e elaboração da proposta, sobretudo, no Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências, com especial atenção para a obra da Feira da Praia Grande, o que demonstrou maior interesse da população pelas questões econômicas.

A elaboração de políticas para o espaço, seja ele histórico ou não, deve sempre ser acompanhada da participação da comunidade, pois, como afirma Lefebvre (2006), o espaço é resultado da produção da sociedade. Sendo assim, ela deve ser parte integrante de todo processo que vise a alteração deste que, além de produto, é também o meio onde ocorre a interação, tanto do homem com seus pares quanto do homem com o ambiente.

É nesse contexto de relações da sociedade com o ambiente e do homem com o homem, que o discurso do PPRCH produz efeitos de sentido que remetem às dimensões social, cultural e econômica do espaço. Os efeitos de sentidos gerados por esse Programa levam, também, à produção de identidades, tanto sobre a cidade de São Luís quanto sobre a Praia Grande, a respeito das que se referem a este último, é que se tratará a partir de então.

## **5.2 Produção de Identidades no PPRCH**

Após a conclusão das ações da primeira etapa do PPRCH, que somaram um total de R\$ 2,5 milhões em investimentos, distribuídos entre as obras da Feira da Praia Grande, Albergue do Voluntariado de Obras Sociais, Praça da Praia Grande e Beco da Prensa, o Programa passou por um período de baixa nos investimentos. Durante esse período, que caracterizou sua segunda etapa e foi de 1983 a 1987, o PPRCH concentrou-se na realização de avaliações, estudos, pesquisas e projetos (ANDRÈS, 2006).

A terceira etapa do Programa, realizada no decorrer do governo de Epitácio Cafeteira (1987-1990), foi a partir de então denominada de Projeto Reviver, talvez por uma

estratégia política para se diferenciar da gestão anterior. De acordo com o já citado Andrès, essa etapa teve como um de seus objetivos de atuação atender a política que visava adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos – água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária –, de forma a beneficiar a população residente e os usuários, propiciando uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico, o que expressa o sentido de espaço social e de paisagem.

O atendimento a essas questões foi realizado por meio da recuperação dos sistemas de drenagem, água, esgoto, construção das redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia, praças, jardins, calçadas, sistema de prevenção a incêndios, além da restauração de várias edificações históricas (CAFETEIRA, 1993). Ao final das ações, o gestor estadual que esteve à frente do governo durante o desenvolvimento do Projeto, então senador da república, lançou um livro cujo teor era o resumo da proposta e o resultado das ações empreendidas. O livro intitulado “Reviver”, datado de 1992 e reeditado em 1993, apresenta de forma resumida as obras realizadas na Praia Grande e seus entornos, e ainda a visão do Projeto do ponto de vista do gestor responsável.

Sendo essa terceira etapa, portanto o Projeto Reviver, considerada a mais expressiva no que diz respeito às ações realizadas, será tomada como base nesta seção em que se propôs identificar as identidades que incidem sobre a Praia Grande a partir do PPRCH. Com esse objetivo, analisam-se alguns trechos de enunciados presentes no livro de Epitácio Cafeteira (1993), que apresenta o contexto de realização e o resultado das ações do Projeto Reviver.

Na perspectiva do discurso presente no Projeto, o termo “reviver” foi usado tanto no sentido de viver novamente, lembrar, quanto no sentido de retornar à vida algo que estava (quase) morto. No que se refere a este primeiro sentido, destaca-se um trecho do prefácio do livro citado que faz alusão ao tempo de glória vivido anteriormente pela Praia Grande, assim, tem-se: “[...] Começou enfim o lento **refazer do passado**, o cuidadoso **reescrever** de um poema que, num determinado período, o fausto e a abundância escreveram numas páginas de cantaria postas sobre as areias de uma beira-mar acolhedora” (CAFETEIRA, 1993, p. 15, grifo nosso). O uso do prefixo “re” nos verbos fazer e escrever produz efeitos de sentido de que algo precisa ser refeito, reescrito, neste caso, a exuberância da arquitetura do conjunto urbano erguido na Praia Grande durante os períodos de apogeu da economia maranhense, sendo esta uma das propostas do Projeto.

Ainda a respeito do sentido de “viver novamente”, o então secretário de estado da cultura, Américo Azevedo Neto, que prefaciou o livro, declara que:

[...] A nós – pessoas desta época – coube o raríssimo privilégio de ver o tempo sendo refeito, a história sendo **recontada**, o passado sendo **revivido**. A cidade foi misturada ao que já acontecera e, de repente, São Luís voltou a ser ontem, adquirindo então a possibilidade de continuar amanhã (CAFETEIRA, 1993, p. 15, grifo nosso).

Mais uma vez, o uso do prefixo “re” produz efeitos de sentido de algo que está sendo feito novamente, a história sendo recontada, o passado sendo revivido em decorrência das ações executadas pelo Projeto Reviver. Com isso, o enunciador diz que, em virtude dessas ações a cidade “voltou no tempo”, aos seus tempos de glória e, de igual modo, permitiu o avanço a um novo tempo, o que estava comprometido pela situação de abandono em que o centro histórico se encontrava.

Para expressar a palavra “reviver” no sentido de “trazer de volta à vida”, o enunciador, na seção intitulada “Poema em Pedra e Cal”, faz uso de metáforas e compara a cidade de São Luís com uma grande árvore e com o corpo humano, e, assim, afirma que a cidade pode adoecer e ser curada em seu todo ou em partes. Esse enunciado projeta um antes e um depois da Praia Grande em relação ao Projeto Reviver; antes a cidade viveu uma história triste de descaso e abandono, assemelhando-se a “[...] uma cidade bombardeada ou sacudida por um terremoto” (CAFETEIRA, 1993, p. 26). O enunciador segue fazendo uma descrição nada romântica da situação em que o centro histórico se encontrava; em meio a essa descrição, destaca-se o relato sobre o Sobrado da Praça do Comércio que assim foi descrito:

Como todo prédio em ruína, havia se tornado uma **chaga** no corpo vivo da cidade. Ele exsudava, mal-cheirando a fezes, povoado de ratos, repleto de lixo. Tornara-se uma **célula cancerosa**, antro de banditismo expandindo sua deterioração, ameaçando os sobrados vizinhos e a segurança dos transeuntes. [...] Mas o mal não se restringia às edificações, atacava as entranhas da cidade, suas “**artérias**”, seu “**sistema circulatório**”, seu “**sistema nervoso**” (CAFETEIRA, 1993, p. 28, grifo nosso).

Nota-se que o autor procura destacar, com riqueza de detalhes, a condição de decadência em que a área se encontrava. Ao usar termos como: chaga, célula cancerosa, artérias, sistema circulatório e sistema nervoso, próprios de um ser vivo, o enunciador retoma a metáfora do corpo humano para indicar que a cidade estava prestes a “morrer” e que precisava voltar novamente à vida, reviver, como sugere o título do projeto executado em sua gestão.

Na continuidade da seção, o autor descreve a transformação no cenário da Praia Grande, possibilitada pela realização das obras do Projeto. Ele resume a filosofia do Programa como sendo baseada na ideia de “[...] um espaço arquitetônico antes deteriorado e inacessível, hoje recuperado e aberto à comunidade, constituindo-se ao mesmo tempo atração turística e fonte de geração de emprego e renda” (CAFETEIRA, 1993, p. 31). Esse discurso revela uma área que, se antes estava abandonada e perto da falência, agora era capaz de atrair não só a comunidade local, mas também turistas; que a Praia Grande, como um organismo vivo, um “corpo humano”, voltara à vida, revivera.

Nesse contexto, a Praia Grande é vista como um espaço que teve sua vida social, econômica e cultural reestabelecidas pelas ações do PPRCH, e de forma mais específica as do Projeto Reviver. Nesse sentido, a identidade da Praia Grande é marcada como o espaço Reviver, um lugar que, por ter suas estruturas físicas semelhantes às de outrora, é capaz fazer lembrar, “viver novamente”, a pujança dos tempos áureos da história da cidade, capaz de remeter ao passado mesmo em meio a tantos avanços já vividos pela sociedade atual.

A perspectiva de revitalização adotada pelo PPRCH pode ser vista como uma quebra com o discurso global do progresso e modernização das estruturas urbanas, algo que leva à diferenciação que, de acordo com Woodward (2000), representa um marcador de identidade. A quebra com esse discurso gera, também, uma recusa à cultura global por ele produzida, promovendo uma valorização da cultura e identidade locais que, por sua vez, são produzidas no contexto social e cultural, sendo, conforme Silva (2000), resultado de uma produção discursiva.

Os enunciados que tecem a Praia Grande, no centro histórico de São Luís, produzem efeitos de sentido que a constroem como um espaço com identidade de espaço cultural, econômico e social a partir de um tecido composto por sujeitos diversos, influenciados por diferentes ideologias. Essas teias também produzem a identidade de um espaço que renasce por meio das ações e do discurso da preservação e revitalização, sendo capaz de fazer com que experiências e tempos passados sejam “revividos” em um espaço que, mesmo buscando reproduzir sua arquitetura de outrora, se abre para o novo numa relação que envolve lembranças passadas e projeções futuras.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir seu objetivo geral – que foi o de discutir as políticas públicas direcionadas para a Praia Grande no período de 1980 a 1993, e sua relação com a dinâmica do espaço geográfico, de forma a identificar as contribuições dessas políticas na construção de uma identidade para a área da Praia Grande –, esta pesquisa traçou um caminho teórico que passou por discussões que envolveram o conceito de categorias como espaço geográfico, paisagem, lugar e patrimônio ambiental urbano, apontando que tais conceitos estão entrelaçados, estabelecendo relações de muita proximidade.

Abordou, ainda, a dinâmica do espaço geográfico e os diferentes olhares pelos quais ele pode ser visto, mostrando, assim, que esses olhares permitem a existência dos espaços social, econômico e cultural, os quais estão inseridos no processo de produção e reprodução do espaço.

Como parte desse caminho teórico, consta também o histórico de formação de nosso objeto de estudo, a Praia Grande, e como a história deste se confunde com a da constituição da cidade de São Luís. A apresentação desse histórico mostrou que a área foi uma das que primeiro se formaram, por onde a cidade começou, e que a imponência dos casarões ali existentes, datados dos séculos XVIII e XIX, foi possível graças ao apogeu da economia maranhense. Esses períodos, por sua vez, foram sustentados pela produção e comércio de algodão e arroz na segunda metade do século XVIII, pelos engenhos de açúcar em meados do século XIX e pela indústria têxtil no final do século XIX.

Esses momentos de alta da economia possibilitaram a construção de um conjunto arquitetônico de relevante valor artístico e cultural, que, por sua importância e pelo estado em que se encontrava, tornou-se alvo de proteção nas três esferas governamentais (municipal, estadual, federal e mundial).

O processo de preservação do conjunto arquitetônico do centro histórico de São Luís suscitou a formação de um arquivo sobre o referido tema. Nesse sentido, foi traçado, neste trabalho, o percurso de formação do arquivo sobre a preservação do patrimônio cultural em São Luís. Nesse percurso, constatou-se que a iniciativa de preservar o centro histórico partiu das instâncias mundial e federal, que, a fim de salvaguardar a memória e a identidade cultural, influenciaram e incentivaram as esferas estadual e municipal a desenvolver políticas públicas para preservação e revitalização daquele espaço.

A questão da identidade foi observada como uma regularidade na formação do arquivo sobre preservação do patrimônio cultural. Para autores dos Estudos Culturais, como Silva e Hall, as identidades não são imutáveis nem unificadas, mas sim fragmentadas.

Considerando esses autores, procurou-se identificar, no discurso do PPRCH, as identidades que incidem sobre a Praia Grande a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelo referido documento. O estudo indicou que as identidades que emergem do discurso do Programa estão diretamente relacionadas às concepções de espaço identificadas na análise realizada, produzindo, assim, efeitos de sentido que apontam para identidades de espaço social, cultural e econômico.

O PPRCH surgiu como uma das principais ações no sentido de preservar e restaurar a área histórica de São Luís. A pesquisa ora apresentada dedicou-se a analisar o discurso presente nesse instrumento das políticas públicas à luz da AD, com base nos pressupostos teóricos do filósofo francês Michel Pêcheux, e com o objetivo específico de identificar as concepções de espaço existentes no Programa e os efeitos de sentido que as produzem. Assim, Pêcheux apoia seu pensamento na ideia de que as palavras, expressões e proposições não possuem sentido uno e próprio, mas que este é definido pelas posições ideológicas existentes no processo histórico e social em que aquelas são produzidas e reproduzidas. Ou seja, a ideologia dos sujeitos influencia diretamente o sentido dos enunciados, sentido este que é produzido no interior da formação discursiva que, por sua vez, pode ser compreendida como o mecanismo que controla e organiza o nascimento dos discursos.

O conjunto de textos presente no documento do PPRCH reflete o discurso dos órgãos responsáveis pelo planejamento e elaboração das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Tal discurso sustenta que o referido planejamento deve considerar o ambiente e contexto no qual o bem a ser preservado está inserido, o que significa dizer que, sendo o bem um conjunto arquitetônico, seu processo de preservação deve observar não somente as questões físicas, mas, também, as sociais, econômicas e culturais que fazem parte do seu entorno. Para tanto, o Programa apresentou uma multiplicidade de olhares, determinados por diferentes ideologias, marcados por diferentes posições de sujeito: arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, representantes de órgãos culturais e de sindicatos.

A análise do discurso do PPRCH apontou para concepções de espaço econômico, produzidas pelo efeito de sentido revelado na atenção dada pelo Programa às relações de consumo, de produção e relações comerciais existentes na Praia Grande; de espaço social marcada pela produção de sentido observada no tocante às questões referentes à interação do

homem com seus pares e com o próprio ambiente, ocasião em que foram desenvolvidas ações de estímulo e aperfeiçoamento das atividades institucional e residencial e de melhoria dos espaços de convívio social e coletivo, como, por exemplo, as praças, e de espaço cultural gerada pelo efeito de sentido presente no reconhecimento, pelo PPRCH, da existência dos símbolos pertencentes à cultura local, tais como: o artesanato, a atividade portuária e a comercialização de produtos típicos, e pelo desenvolvimento de ações que estimulam a valorização destes símbolos no contexto do centro histórico da cidade.

Além das concepções de espaço, a análise revelou ainda a presença de conceitos como o de lugar elaborado por Tuan (2013), que entende que os lugares são centros aos quais atribui-se valor e onde se pode satisfazer as necessidades biológicas, necessitando, assim, de maior permanência das pessoas. Esse conceito foi identificado, na primeira, de um conjunto de dez políticas que orientaram as atividades desenvolvidas pelo PPRCH e que tratava da permanência da população residente no centro histórico de São Luís.

Outro conceito abordado pelo Programa foi o de patrimônio ambiental urbano, o qual leva em consideração a relação do homem com o patrimônio como parte de um processo social permanente. Essa abordagem ficou evidente na quarta política, que teve o objetivo de restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico da capital maranhense.

Foram identificadas, ainda, características do conceito de paisagem elencado por Santos (2014), como sendo o conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais que surgem das relações do homem com o ambiente. Essas características foram encontradas na sexta política, que tratou da adequação das redes de utilidades, serviços e logradouros públicos com vistas a beneficiar a população e promover uma ocupação mais coerente e diversificada na área histórica da cidade.

Além das concepções de espaço, a análise identificou a produção de identidades sobre a Praia Grande a partir dos efeitos de sentido que levaram a essas concepções. Assim, a referida área passou a ter identidades de espaço que busca promover a cultura, o bem social e a melhoria econômica. Percebe-se, assim, que as políticas públicas destinadas à Praia Grande buscaram integrar-se à dinâmica do espaço à medida que houve interesse em promover melhorias nos aspectos social, cultural e econômico do lugar.

Com o discurso da revitalização, o espaço pôde ser identificado como aquele que foi restaurado, reestruturado e que, com isso, buscou tornar-se capaz de fazer “reviver” tempos passados, como aqueles tempos em que a economia do estado esteve em alta possibilitando a construção do conjunto arquitetônico que hoje é alvo de preservação.

Contudo, incita-se a refletir se a Praia Grande permite, de fato, um “retorno ao passado”, uma “volta” aos tempos áureos da economia maranhense.

A pesquisa aqui apresentada não teve a pretensão de esgotar as possibilidades de estudo do programa analisado (PPRCH), mas de lançar um olhar, do ponto de vista das políticas de preservação e sua relação com a dinâmica do espaço geográfico por meio da Análise do Discurso. Muitos outros olhares ainda podem ser aplicados, inclusive este pode ser ampliado, podendo vir a se tornar uma pesquisa mais abrangente.

## REFERÊNCIAS

ANDRÈS, L. F. C. C. **Centro Histórico de São Luís** – Maranhão. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL sob o enfoque da conservação urbana integrada. Recife, 2006 – Dissertação (Mestrado), 247f.

BARACUHY, M. R. Análise do Discurso e Mídia: nas trilhas da identidade nordestina. In: **Veredas on Line** – Análise do Discurso. Juiz de Fora, N 2/2010, pp. 167-177, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-131.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

BEZERRA, A. M. M.; CHAVES, C. R. C. Revitalização Urbana: Entendendo o processo de requalificação da paisagem. In.: **Revista do CEDS**. N. 1 agosto/dezembro 2014 – Semestral. Disponível em: <[http://www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/rev.\\_ceds\\_n.1\\_\\_revitaliza%C3%A7%C3%A3o\\_urbana\\_entendendo\\_o\\_processo\\_de\\_requalifica%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_paisagem\\_-\\_aline\\_bezerra.pdf](http://www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/rev._ceds_n.1__revitaliza%C3%A7%C3%A3o_urbana_entendendo_o_processo_de_requalifica%C3%A7%C3%A3o_da_paisagem_-_aline_bezerra.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CAFETEIRA, E. **Reviver**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. as artes de fazer; 16ª Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, M. **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CUTRIM, K. D. G. **Patrimônio da Humanidade**: a edificação discursiva da cidade de São Luís nas políticas de preservação do Estado. Tese (Doutorado). São Luís, 2011, 188f.

CUNHA, G. **Maranhão 1908**: álbum fotográfico. 2ª ed. São Luís: Edições AML, 2008.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo: Siliciano, 2002.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias.** São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, ed. 7 - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIOMETTI, A. B. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território. **Acervo Digital UNESP**, 2012. Disponível em: <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1\\_d22\\_v9\\_t02.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2016.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: TOMAZ, T. S. **Identidade e Diferença.** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

ICOMOS. **Declaração de Estocolmo.** Estocolmo, 1998. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-estocolmo.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

ITAPARY, J. **A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil.** São Luís: Alumar, 1995.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEFEBVRE, H. A produção social do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: *La production de l'espace*. 4<sup>o</sup> ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LEITE, F. T. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

MARANHÃO. Secretaria de Planejamento. Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências: **Projeto Praia Grande.** São Luís, 1980.

MARTINS, A. A. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural – séc. XVII, XVIII e XIX.** São Luís: Sanluiz, 2012.

MATOS, M. F. B. **Ecos da modernidade: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís.** Tese (Doutorado), Araraquara, 2010, 184 f.

MEIRELES, M, M.; TEIXEIRA, A. O. M. **O Projeto Praia Grande.** Departamento de História e Geo-Ciências. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1979.

MEIRELES, M, M. **França Equinocial - São Luís.** SECMA, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

MELO, M. S. B. **Índice toponímico do centro histórico de São Luís.** São Luís: s.n. 1991.

MORENO, D. C. **Jornada do Maranhão: por ordem de S. Majestade feita o ano de 1614.** São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, A. S.; MANTOVANI, J. D. **São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob as Leis das Sesmarias.** São Luís: FUNC, 1998.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. In.: **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, E. C. A. **Reviver.** Teresina: Ed.: Aquarela, 1992.

PIRES DO RIO, G. A. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes. In.: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. In.: **Revista UBI Museum**, Covilhã, Portugal, n 01, 2014. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, S. A. **Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades.** Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado), 198f. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90455/243129.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N° 32, pp. 89-109, 2012.

SILVA, R. N. P. **A produção da coisa pública**: serviços públicos e cidadania na primeira república - a república ludovicense. Dissertação (Mestrado). Niterói, 1987, 365f.

SILVA, T. T. (Org). **Identidades Terminais**. As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. In.: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010. Vol. 7. Ano VII n° 2. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO\\_8\\_PAULO\\_CESAR\\_TOMAZ\\_FENIX\\_M\\_AIO\\_AGOSTO\\_2010.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_M_AIO_AGOSTO_2010.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2015.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VIVEIROS, J. **História do comércio do Maranhão 1612-1895**. Academia Maranhense de Letras, São Luís, 1954.

WOODWARD. K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

YÁZIGI, E. O Patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22-51, junho 2012.